

**Impresso
Especial**

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

CORREIOS...

ADUFRGS LANÇA
PROGRAMA DE CONVÉNIOS
NA VÉSPERA DO DIA DO PROFESSOR

Adverso

Jornal da Adufrgs nº 137 - Setembro/2005

"NEGRO EM PRETO E BRANCO"
A história da população negra
de Porto Alegre contada
através de fotos

QUILOMBO SILVA

Ameaçados de despejo,
descendentes de escravos se
mobilizam e ganham apoio
de movimentos sociais e do
poder público.

ADUFRGS CONVIDA

Jantar de confraternização do Dia do Professor

Dia 14 de Outubro
Sexta-Feira, 20 horas

Galeteria Vêneto
Avenida José de Alencar, 501
Menino Deus
3233-4111



Na ocasião haverá o lançamento do Pacote de Convênios
da Adufrgs e dos novos e-mails da associação



Seção Sindical da Andes-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

Diretoria
Presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
1º vice-presidente: Cláudio Scherer
2º vice-presidente: Lúcio Hagemann
1ª secretária: Zuleika Carreta Corrêa da Silva
2º secretário: Mauro Silveira de Castro
1º tesoureiro: José Carlos Freitas Lemos
2º tesoureiro: Marcelo Abreu da Silva
1ª suplente: Regina Rigatto Witt
2º suplente: João Vicente Silva Souza



Publicação mensal impressa em papel
Reciclatto 75 gramas
Tiragem: 5.000 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa
Produção e edição: Veraz Comunicação Ltda

Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)
Reportagem: Maricélia Pinheiro, Nara Branco
(6470/80) e Zaira Machado (RJP 7812)
Ilustrações: Mario Guerreiro
Projeto gráfico e diagramação: Fabrícia Osanai

04 Proifes

EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA

(presidente da Adufrgs)

"Vou me dedicar à consolidação e ampliação do Proifes"

05 Votação eletrônica
e Campanha salarial**06** Notícias**07** Entrevista

ANDRÉ LUIZ MARENCO DOS SANTOS

(professor do IFCH/Ufrgs)

"Crise atual é sintoma da força da
democracia brasileira"**11** Violência policial**12** Vida no Campus**14** Central**Adufrgs lança pacote de convênios**

Dentro de uma visão moderna de sindicato, e respaldada por recente pesquisa de opinião realizada entre seus associados, a Adufrgs lança, no dia 14 de outubro, um pacote de convênios que abrange as mais diversas áreas.

16 Revolução Universitária**17** Quilombo Silva

Resistir para preservar a história

20 Prestação de contas**21** Desarmamento**22** WWW**23** Orelha**24** Hipermídia**26** Observatório**27** A História de Quem Faz**ADUFRGS
ASSOCIAÇÃO**

Com esta edição, para a satisfação de muitos e, talvez, relativa surpresa de alguns de nossos sócios, a atual diretoria da Adufrgs dá mais um passo previsto em seu programa de gestão: a retomada gradativa do caráter associativo de nossa associação, sem no entanto desviar o rumo primordial de nossa atuação política, baseada na consolidação e na qualificação de espaços de negociação que viabilizem o alcance de nossos objetivos.

Mas por que reforçar o caráter associativo da Adufrgs?

Porque isso se constitui numa demanda antiga de grande parte dos associados, que tem sido reforçada pelos caminhos e descaminhos adotados pelos últimos governos que, ao se desbrigarem do ensino público, têm também se desobrigado de seus "empregados públicos". Estes, mal atendidos em termos humanos e financeiros, valorizam cada vez mais a atenção de seus pares.

Porque vivemos numa sociedade inspirada por uma tendência preponderante, onde as pessoas são sujeitas a inumeráveis estímulos e possibilidades: só tem reconhecido seu valor o que é percebido como imprescindível no curto prazo, o que nem sempre ocorre em relação a uma estrutura sindical, onde a tramitação e o atendimento das demandas acontecem em geral a médio ou longo prazo.

Porque atividades associativas permitem a aproximação entre as pessoas e as instituições às quais são vinculadas, constituindo-se na grande "ferramenta" de motivação utilizada pelo sindicalismo moderno para congregar, informar, promover e qualificar o debate, assim como, ampliar seu quadro social, na busca do aumento de sua força política e da eficiência de suas ações.

Por fim, porque "apostamos" na pluralidade de nossos associados e de seus interesses, característica que tem balizado nossas diferentes ações, como é o caso da presente edição do Adverso, que pauta de forma horizontal temas que vão do "desarmamento e a violência" à poética apresentação do "homem Otávio Corrêa e sua utopia gratuita e sem discurso", passando pela "pesquisa sob encomenda" e a "mobilização de uma comunidade quilombola".

É nesta égide de poesia e grandeza que apresentamos esta edição que precede a comemoração do Dia do Professor e o lançamento de nosso Programa de Convênios, que ocorrerá dia 14 de outubro. Estamos convictos que, com essa iniciativa, galgamos mais um degrau na defesa dos interesses do ensino público brasileiro, assim como na busca da satisfação dos anseios de nossos associados e da sociedade que nos legitima.

Eleições Proifes

Clarissa Pont

“Vou me dedicar à consolidação e ampliação do Proifes”

Entre 24 e 28 de outubro, os filiados ao Proifes escolhem, através do voto eletrônico, a diretoria 2006/2008. Candidato ao cargo de Diretor de Relações Institucionais pela Chapa 1, o presidente da Adufrgs fala sobre o trabalho que vem sendo realizado pelo Proifes desde sua fundação, em dezembro de 2004, a tática de negociação com o governo e as perspectivas futuras.



por Maricélia Pinheiro

Adverso – Passado quase um ano de sua fundação, o Proifes vem cumprindo o papel ao qual se propôs?

Eduardo Rolim de Oliveira – O papel que o Proifes já representou nas negociações do GT MEC por si só já justificaria sua existência. O Fórum mostrou a viabilidade de um novo comportamento nas negociações, postura que obrigou a Andes a participar do GT, quando já havia uma decisão contrária. Podemos chamar isso de “Efeito Proifes”. Várias alternativas na negociação foram trazidas pelo Fórum, como o aumento dos incentivos à titulação, a criação do professor associado e a extensão da URP89, o que fará com que esta última questão não possa ser ignorada nas futuras negociações. Enfim, o Proifes, como uma forma de representação direta de seus filiados, dá uma nova possibilidade de revitalização e renovação do Movimento Docente, que vivia uma profunda crise com o afastamento entre as entidades e as bases.

Adverso – Qual a concepção de universidade pública defendida pelo Proifes?

Eduardo – Como pode ser visto em todos os documentos, o Proifes defende uma universidade gratuita, de qualidade e que seja capaz de atender às necessidades do País. Entendemos que a qualificação e titulação dos professores são fundamentais para o bom desenvolvimento das ati-

vidades de ensino, pesquisa e extensão. Entendemos que a universidade pública deve ter uma profunda responsabilidade social, por esta razão somos a favor de processos de avaliação, tanto institucional quanto individual, desde que tais processos se dêem de forma integrada e participante do processo de progressão na carreira, sem se reduzir a uma mera repercussão salarial imediata. Defendemos uma universidade autônoma, na qual a gestão se dê de forma pública e transparente, com definições muito claras sobre os limites do orçamento global. Não somos a favor de fórmulas prontas e simplistas, como o fim das fundações, por exemplo. Estes órgãos têm cumprido um papel importante e necessário nos dias de hoje, e o problema não é sua existência, mas sim o seu controle.

Adverso – Por que o senhor decidiu fazer parte da chapa para a nova diretoria do Proifes? A presença de um representante da Adufrgs poderia dar uma nova feição ao Fórum?

Eduardo – É importante ressaltar que esta decisão foi tomada depois de uma discussão que envolveu diretores da Adufrgs, colegas da Ufrgs e da Andesind. A nominata foi pensada de forma a contemplar questões de ordem regional e política. Em relação ao fato de a Adufrgs estar representada, é necessário que se faça uma distinção:

a diretoria do Proifes é composta por 15 filiados e não por representantes de diretorias de ADs, já que o Proifes não é uma Federação. É evidente que a Adufrgs, como uma das maiores entidades filiadas ao Proifes, não poderia estar ausente da nova diretoria e, com certeza, tem muito a colaborar no futuro do Proifes. Espero poder representar condignamente os professores da Ufrgs nesta nova tarefa. Mas gostaria de dizer que não pretendo prejudicar meu trabalho como presidente da Adufrgs e quero cumprir meu mandato até o fim.

Adverso – Diante do impasse que surgiu nas negociações com o governo, como a futura diretoria do Proifes deve conduzir essa questão?

Eduardo – Ela se conduzirá dentro do espírito que norteia o Proifes, com ações propositivas e estudo das necessidades dos docentes ativos e aposentados. Estes últimos dedicaram toda a vida à carreira universitária e merecem um tratamento digno do governo. Todas as posições do Proifes serão decididas nas Consultas Eletrônicas e nos Encontros Nacionais. Teremos a negociação como método de trabalho, buscando sempre o diálogo na defesa dos interesses dos associados e da Universidade Pública Federal. Como Diretor de Assuntos Institucionais, vou me dedicar à consolidação e ampliação do Proifes.

GREVE

Votação eletrônica mobiliza professores

Mais de 400 docentes da Ufrrgs participaram, entre os dias 3 e 9 de outubro, da consulta eletrônica da Adufrrgs sobre a greve que, até o fechamento dessa edição já atingia 32 universidades, segundo informações da Andes. O uso desse sistema é inédito na associação e foi aprovado na assembléia do dia 14 de setembro.

Para o presidente da entidade, Eduardo Rolim de Oliveira, o número de votantes é expressivo, considerando que esta foi a primeira experiência com o novo método.

Segundo ele, o resultado da votação será fundamental para uma tomada de decisão na próxima assembléia, marcada para o dia 14 de outubro, às 11h30min, com segunda chamada às 12h30min, no auditório da Escola de Enfermagem, no Campus da Saúde.

No processo de votação, cada associado, através do número de usuário e senha, teve três opções para votar: sim ou não à greve por tempo indeterminado e ainda greve por meio de períodos de paralisação. A terceira alternativa propunha paradas esporádicas em dias e horários aleatórios. O sistema foi programado de tal forma que cada professor só poderia votar uma vez.

A consulta eletrônica é um novo método que já vem sendo usado por algu-



mas Associações de Docentes (ADs) e pelo Fórum de Professores das Ifes (Proifes) para avaliar questões pontuais do Movimento Docente. Funciona como um termômetro, que mede o grau de mobilização da categoria quando se trata de uma greve, por exemplo, ou melhor define a posição da maioria sobre um determinado tema.

Polêmico, o novo sistema é considerado por alguns anti-democrático, na medida que dispensa a necessidade de debates para tomada de deliberações. Outros defendem a consulta eletrônica como um meio moderno, que agiliza a circulação das informações e permite que um número bem maior de pessoas participe, sendo, assim, mais democrático.

Vale ressaltar que, no caso da Adufrrgs, o método foi aprovado especialmente para a questão da greve e que posteriores usos deverão passar pela avaliação da assembléia, instância máxima de deliberação.

Persiste o impasse nas negociações

Reuniões com o MEC nos dias 30 de setembro e 7 de outubro não contribuíram para o avanço das negociações e as entidades sindicais que representam os docentes avaliam que as propostas apresentadas pelo governo deixam muito a desejar. O Proifes elaborou contraproposta, enquanto a Andes entende que a questão deve ser tratada agora com o Comando Nacional de Greve.

Com relação à incorporação das gratificações, o MEC alega que haveria um elevado impacto financeiro e propõe que a questão seja tratada em um processo de reestruturação da carreira. O governo ofereceu 50% dos atuais percentuais de titulação, a partir de janeiro de 2006 e sugeriu a criação da classe de "professor associado" com percentual de 10% entre as classes adjunto 4 e titular. Segundo o MEC, a implantação de tais propostas representam um gasto de R\$ 395 milhões.

Para a direção do Proifes, a proposta do governo não aponta soluções imediatas para a incorporação da GED/GEAD e GAE, nem para a extensão dos ganhos da URP a todos os professores. O documento diz ainda que "não existe uma perspectiva de cronograma, nem de orçamento para a implantação de uma nova carreira". Docentes, tanto ativos quanto aposentados e pensionistas, que possuem apenas graduação, não receberiam qualquer reajuste em 2006 e a classe de professor associado seria criada de maneira rebaixada, o que descaracterizaria a atual carreira docente.

Dante desse quadro, o Proifes propõe algumas medidas que solucionariam alguns problemas como a "criação da classe de professor associado em um patamar de 20% acima do adjunto 4 elevando-se o atual patamar de titular em 15%". A pauta da entidade preserva o aumento de 50% na titulação, mas pede a extensão da GED aos aposentados e pensionistas, reposição da inflação de 2004 (7,69%) e a apresentação de um cronograma de implementação de uma carreira.

Comunicação

Ufrgs ganha unidade produtora de TV

Flávio Dutra



Além da Rádio e do Jornal da Universidade, a Ufrgs conta agora com mais um canal de comunicação. A Unidade de Produção de TV foi inaugurada no dia 26 de setembro e no dia 11 de outubro coloca no ar suas primeiras produções.

por Nara Branco

De acordo com a secretária de Comunicação da Ufrgs, professora Sandra de Deus, a produtora irá possibilitar o aumento da participação da Ufrgs na grade do canal 15 de TV a cabo (UniTV), que atualmente já exibe dois programas produzidos pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico): o "Ufrgs Documento" e "CADERNO 2", que vão ao ar às segundas e quartas, às 21h30min, respectivamente, com 30 minutos de duração.

No dia 11 de outubro, começam a ser exibidas as primeiras produções da Unidade de Produção de TV da Ufrgs: o "Conhecendo a Ufrgs", às terças e quintas às 21h30min, e o "Agenda", às sextas-feiras no mesmo horário. "Assim, a produção de toda a universidade será mostrada todos os dias da semana", ressalta Sandra de Deus. O pri-

meiro vai mostrar os projetos de extensão desenvolvidos pela universidade e o segundo deve retratar o dia-a-dia da Ufrgs, com notícias da semana sobre eventos, shows e outras atividades promovidas pela universidade.

Para a secretária de Comunicação, a implantação da unidade de TV, que também produzirá vídeos institucionais, vem atender a uma antiga aspiração da comunidade acadêmica. "Além disso, vai mostrar o que é feito na instituição, dando visibilidade à Ufrgs", salienta.

O estúdio de TV, instalado no prédio da Rádio da Universidade, no Campus Central, possui equipamentos de captação, produção e edição de programas e conta com uma equipe composta por um operador técnico e 12 alunos do curso de Comunicação Social, orientados por três professores.

Meninos e meninas de rua vestem a camiseta da Adufrgs



Divulgação projeto "Abrindo Horizontes"

A doação de 40 camisetas da Adufrgs fez a alegria de crianças e adolescentes de rua que participam do projeto "Abrindo Horizontes", da Secretaria Estadual da Cultura. Segundo uma das coordenadoras, a psicóloga e professora aposentada da Ufrgs Léa Perez Day, os meninos e meninas externaram por diversas vezes satisfação em vestir as camisetas que levam a logomarca da Adufrgs.

O projeto "Abrindo Horizontes", coordenado também pela médica Loreta Napp, tem por objetivo atrair crianças e adolescentes de rua que freqüentam o centro de Porto Alegre, para a Casa de Cultura Mário Quintana (CCMQ). Eles têm entre 6 e 19 anos e participam de 18 oficinas de terça à sexta, das 10 horas às 11 horas e das 14h30min às 15h30min, com direito a lanche.

Além das oficinas de literatura, música, artes, informática, capoeira e *hip hop*, entre outras, o projeto viabiliza o acesso das crianças e adolescentes de rua ao cinema, ao teatro, à ludoteca e à biblioteca da casa. Segundo Leá Day, o "Abrindo Horizontes" tem atraído muitos meninos e meninas do centro da cidade e da região metropolitana, que acabam trazendo irmãos, amigos e parentes para as atividades.

Com uma média de 400 freqüentadores por mês, o projeto é considerado um sucesso pela coordenação. "As crianças já têm um vínculo com a casa e aproveitam para aprender tudo o que podem aqui", conta Léa Day. Este ano, o "Abrindo Horizontes" está sendo patrocinado pela Copesul, mas aceita doações de roupas e calçados. Quem quiser ajudar, pode entrar em contato através do telefone (51) 3224 0997.

André Luiz Marenco dos Santos

"Crise atual é sintoma da força da democracia brasileira"

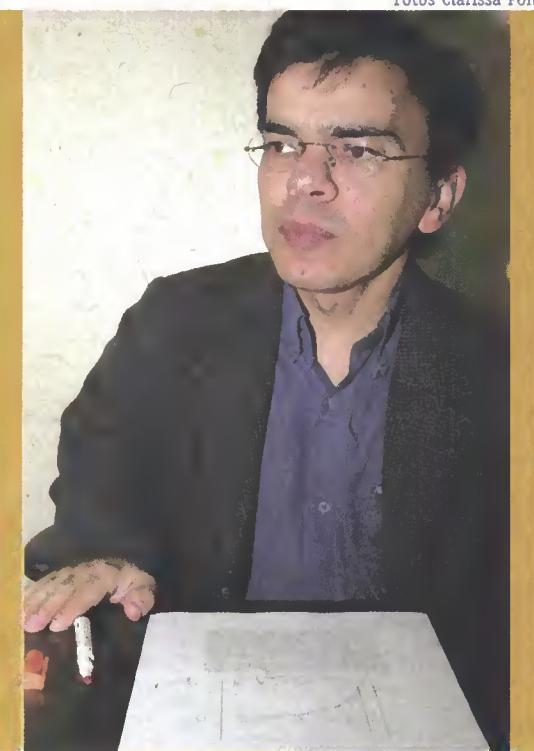
Doutor em Ciência Política pela Ufrgs, André Luiz Marenco dos Santos é coordenador do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Ciência Política da Ufrgs e diretor da Associação Brasileira de Ciência Política. Militante de esquerda e apoiador do PT, Marenco tece críticas ao governo Lula e aos rumos que este tomou, mas

sempre com um consistente embasamento teórico. Nesta entrevista, ele segue a mesma linha ao falar da origem da crise política, do futuro da democracia no País, da estabilidade econômica em um cenário tão conturbado e sobre o papel dos movimentos sociais e dos partidos políticos no atual contexto.

por Zaira Machado e Maricélia Pinheiro

Adverso | Os episódios envolvendo o governo Lula e os financiamentos de campanha do PT tiveram um efeito devastador na sociedade brasileira. Na sua opinião, qual a origem da crise que o Brasil está vivendo agora?

André Luiz Marenco dos Santos | O calcanhar de Aquiles das instituições políticas brasileiras reside na assimetria existente nas relações entre Executivo e Legislativo, na elevada concentração de decisões sobre políticas, investimentos, uso de verbas no governo e escassa capacidade de controle e monitoramento pelo Legislativo. Assim, acredito que a origem desta crise remete à estratégia excessivamente pragmática adotada pelo governo em duas direções inter-relacionadas: a forma de construir sua base de apoio parlamentar e obter financiamento eleitoral. Só que ao contrário do que vem sendo dito desavisadamente, o problema não foi o da tentativa de formar uma coalizão ampla, mas, justamente ao contrário, a resistência do governo em construir uma coalizão em bases partidárias. Para ficar claro, pode-se explicar da seguinte forma: existem pelo menos duas formas distintas de montar-se



"O problema não foi a tentativa de formar uma coalizão ampla, mas a resistência em construir uma coalizão em bases partidárias"

bases de apoio governamental; negociando cada votação, diretamente com cada parlamentar, principalmente aqueles que formam o chamado "baixo clero", ou negociando compromissos partidários mais estáveis, através dos líderes de bancadas. A primeira alternativa foi a estratégia predominante no Brasil durante o período de 1945/64, a segunda foi o padrão de negociação parlamentar adotado por Fernando Henrique, principalmente em seu primeiro governo. O atual governo, que copiou tanta coisa do governo Fernando Henrique, poderia ter adotado esta estratégia, que deu certo. Contudo, os articuladores políticos do governo Lula optaram pelo primeiro modelo. Em todas as oportunidades apresentadas para a formação de uma coalizão partidária, principalmente com a incorporação real (e não apenas simbólica) do PMDB ao governo, isto foi deixado de lado. Provavelmente por conta da imagem folclórica do Legislativo formado pelos "300 picaretas", somado ao excesso de pragmatismo, a estratégia legislativa adotada foi a de reduzir o poder de partidos e seus líderes e conquistar caso-a-caso, no "varejo", o voto dos parlamentares. O estímulo ao troca-troca de legendas é apenas

"Acredito que a origem desta crise remete à estratégia excessivamente pragmática adotada pelo governo em duas direções inter-relacionadas: a forma de construir sua base de apoio parlamentar e obter financiamento eleitoral"

um exemplo desta política. O problema é que em negociações deste tipo, o "custo" do voto tende a aumentar a cada votação, chegando a um momento em que governos não têm mais como atender à sua base. Duas são as consequências desta negociação no "varejo". A primeira é sua baixa eficácia – no período 1945/64 apenas 17% dos projetos governamentais foram aprovados, contra 71% no período 1994/98. Utilizando esta estratégia, o PT vem acumulando derrota sobre derrota no Congresso Nacional. A segunda é que submete o governo à chantagem do "baixo clero" e, com isto, amplia as oportunidades para o aparecimento de casos de corrupção. Ao mesmo tempo, parece ter havido uma tentativa (desastrada) de alterar o fluxo do dinheiro que entra para o financiamento de campanhas eleitorais. Até então, o processo era mais ou menos o seguinte: um deputado fazia uma emenda orçamentária de interesse de uma empreiteira ou empresa interessada em uma concessão pública, depois negociava com o governo a liberação da verba, em troca de seu apoio ao Executivo. Ou então acionava alguém que havia nomeado para algum cargo, de forma a beneficiar o financiador, e o dinheiro circulava das empresas para os deputados. Empresas davam dinheiro para deputados, que negociavam o interesse de seus financiadores em troca de seu voto legislativo, que era necessário para o governo. A inovação teria sido mudar o circuito, dispensando a intermediação dos parlamentares. Empresas repassaram dinheiro para o governo, que o utilizava para financiar as campanhas eleitorais de sua base parlamentar.

Adverso | O que explica que a economia se mantenha estável em um país politicamente agonizante?

André Marenco | O governo repe-

tiu uma estratégia, inventada provavelmente por Juscelino Kubitschek, retomada por Fernando Henrique e mantida agora por Lula, de "insular" sua área econômica, quer dizer dar a ela elevada dose de autonomia em relação ao jogo político e legislativo. Ao mesmo tempo, a condução à CPI, tanto por lideranças do governo como do PSDB foi a de evitar a contaminação da área econômica pelos efeitos dos escândalos. Por fim, talvez o mais importante, as restritas margens de autonomia, que dispõe governos como o brasileiro para tomar decisões macro-econômicas, fazem com que os principais atores saibam que, seja qual for o desdobramento da crise política, dificilmente serão promovidas mudanças significativas em relação à condução da crise econômica.

Adverso | O senhor acredita que é possível resgatar a ética na política (e a sua credibilidade) nos marcos da Democracia Representativa?

André Marenco | Acredito que apenas na democracia é possível termos política com ética, transparência e controle público. E como todos os modelos alternativos à democracia representativa fracassaram ou mostraram-se frágeis, acredito que apenas com democracia representativa é possível resgatar a dimensão republicana da política. Quando pensamos em modelos alternativos à democracia representativa devemos questionar se estes modelos são capazes de responder ao "dilema de Sartori" (cientista político italiano): é possível combinar intensidade da participação política, com sua extensão temporal ou geográfica? Não há nenhuma experiência conhecida, que tenha sido exitosa nesta direção. Quando temos experiências que ampliam a intensidade da

participação, ou esta experiência é breve no tempo ou é limitada à uma dimensão territorial local. Por outro lado, democracias representativas têm sido bastante eficazes para combater a corrupção e promover política republicana. Dos 61 países que podem ser, conforme a escala da *Freedom House*, considerados "democráticos" no mundo, 51 (ou 83,6%) não possuem corrupção, segundo os critérios da *Transparency International*. E o que estas democracias que eliminaram a corrupção apresentam em comum? Em primeiro lugar algumas características institucionais, como sistemas partidários antigos e governos sem maioria parlamentar. Partidos duráveis ou com longevidade temporal tornam mais fácil para o eleitor a "clareza de responsabilidade", ou seja, assimilar o significado de cada legenda, a responsabilidade de cada uma em relação às consequências de políticas adotadas em seus governos. Enfim, o tempo atua como um elemento de economia dos custos de informação para o cidadão. Paralelo, ausência de maiorias unipartidárias torna governos mais dependentes de negociação e, com isto, mais suscetíveis ao controle e monitoramento legislativo. Por outro lado, ao contrário do mantra liberal, de que para combater a corrupção é preciso privatizar, diminuir o estado, democracias altamente republicanas apresentam elevados percentuais de gasto público em relação a seus respectivos PIBs, de gasto em educação e gasto social em geral.

Ao longo do pensamento político moderno, podemos localizar duas respostas diferentes sobre como garantir contornos republicanos para as instituições públicas: uma, é aquela formulada por Rousseau, para quem a vontade geral, como sinônimo de interesse público, só poderia ser alcançada pela obra de legisladores virtuosos. Ou seja, o discernimento e a ética dos homens políticos deveriam ser a condição para a promoção de um espírito republicano. Perspectiva distinta, podemos encontrar na tradição dos federalistas americanos, em especial Madison, para quem não se deve esperar pela ética dos dirigentes políticos, mas produzir instituições capazes de fazer com que, mesmo quando movidos pelo desejo de poder, riqueza e *status*, autoridades sejam submetidas a controles institucionais que as obriguem a comportamentos

e decisões republicanos. Uma das lições que devemos tirar do atual escândalo é que não basta a biografia e a trajetória ética anterior: José Genoino e José Dirceu possuíam modelos de trajetória política e compromissos democráticos (sobre tudo na luta contra o regime militar) altamente recomendáveis. No entanto, colocados em uma situação de centralização de poder e informações, sucumbiram a um pragmatismo anti-republicano. Teria sido necessário haver mais controles recíprocos dentro do PT, dentro do governo, entre Legislativo e Executivo, para inibir as opções que foram feitas.

Adverso | Qual o futuro da Democracia no Brasil?

André Marenco | Até a crise havia uma tendência nitidamente positiva em relação à competição eleitoral e à incorporação do eleitorado neste processo. O percentual de votos válidos em relação à população em idade de votar havia crescido de 44% em 1994 para 71% em 2002, nas eleições para a Câmara dos Deputados. As taxas de volatilidade eleitoral (índice que mede a flutuação partidária do eleitorado) haviam declinado de um patamar elevado, em torno de 35% em 1990, para níveis bem mais baixos, 15% em 2002, indicando uma progressiva vinculação do eleitorado com os partidos, contrariando o senso comum de que no Brasil os eleitores não votam em partidos. Parece muito difícil que não haja uma reversão nestes dois comportamentos, pelo menos na eleição de 2006. Acredito que a curto prazo, temos diminuição de votos válidos e maior dispersão partidária de votos, ou a quebra de um vínculo que estava se constituindo entre partidos e eleitores.

Por outro lado, a crise atual é síntoma da força – e não da fragilidade – da democracia brasileira. Revela a intolerância da sociedade em relação à corrupção, sinalizando uma diferença profunda em relação ao “rouba mas faz” que correspondia à postura de parcelas significativas do eleitorado em passado até nem tão distante. O dilema desta crise é que ela atinge exatamente o PT, que construiu sua reputação na imagem que era diferente e possuía um antídoto contra a corrupção. Na medida em que a população não consiga diferenciar a oferta partidária, que haja a sensação de que todos são iguais, há uma

“As restritas margens de autonomia fazem com que os principais atores saibam que, seja qual for o desdobramento da crise política, dificilmente serão promovidas mudanças significativas em relação à condução da crise econômica”

tendência para a despolitização e a indiferença em relação à política.

Outra questão diz respeito à proposta de Reforma Política, que tem no deputado Ronaldo Caiado seu mentor intelectual e é apoiada por grande parte da esquerda. O projeto, já aprovado na CCJ da Câmara, tem dois pontos principais: financiamento público de campanhas e listas fechadas. Financiamento público em si parece correto mas é uma proposta inóqua, pois não oferece nenhuma garantia em relação ao caixa 2. Quem procura obter vantagens eleitorais com o uso de muito dinheiro, continuará arrecadando por fora, da mesma forma que empresas que buscam benefícios futuros com o financiamento de políticos e partidos continuarão irrigando seus candidatos. Por outro lado, lista fechada é uma proposta muito restritiva e oligárquica. Significa que o direito de escolher os candidatos que devem ocupar as cadeiras parlamentares será transferido, dos cidadãos para os dirigentes partidários. Esta reforma vai na direção contrária à adotada pelas maiores democracias. Apesar de um país mudou seu sistema eleitoral, na direção proposta neste momento para o Brasil, substituindo lista aberta por lista fechada, a Polônia. Em contraste, pelo menos 12 países trocaram a lista fechada por lista aberta, entre eles Suécia, Dinamarca, Holanda, Áustria, Grécia. Ao contrário da lenda, democracias com lista aberta possuem menos corrupção, maior accountability, partidos mais fortes e duradouros, menores taxas de abstenção eleitoral.

Adverso | Qual o papel dos movimentos sociais neste contexto? E dos partidos políticos?

André Marenco | Movimentos sociais podem ser importantes em duas direções: como vocalizadores de demandas específicas, de grupos sociais particulares, ou ainda, como “alarmes de incêndio”, instituições voltadas para monitorar áreas específicas da administração pública, revelando para o conjunto da sociedade problemas relacionados a políticas governamentais adotadas em diferentes áreas. De forma mais limitada, penso que movimentos sociais também podem contribuir como redução no oligopólio partidário sobre a representação política. Isto significa que não é contraditório termos governos de esquerda que pela condição institucional tenham de enquadrar suas plataformas em uma racionalidade política ou em escalas de tempo mais amplas, e movimentos sociais ligados aos mesmos partidos de esquerda, que por sua natureza sejam críticos e mais ousados em suas proposições. Não acho que isto seja contraditório ou negativo.

Muita profecia se fez, nos anos 90, especialmente na Europa e Estados Unidos, sobre a “crise da representação”, “crise dos partidos”, “fim dos partidos”. Analistas superficiais e/ou apressados, que não se furtam a atuar como espécie de comentaristas do imediato, não foram capazes de registrar que os partidos políticos nas democracias contemporâneas, embora tenham passado por mutações significativas em suas formas organizativas e uso de recursos de interpelação eleitoral, continuaram como as principais formas de representação da sociedade. As democracias contemporâneas têm apresentado, nos últimos anos, o fenômeno de “eleições críticas”, que representam viradas mais ou menos espetaculares do eleitorado em direção a alternativas partidárias distintas daquelas

firmadas em anos e pleitos anteriores. Contudo, "eleições críticas" ocorreram nas melhores democracias ao longo deste século. Sua ocorrência hoje, como antes, verifica-se como fenômeno discreto, pontual, seguido por longos períodos de estabilidade eleitoral, a partir deste rearranjo. Isto pode ser comprovado quando analisa-se índices agregados de volatilidade eleitoral, que permitem aferir, por um período longo de tempo, as mudanças partidárias verificadas pelo eleitorado, uma eleição após a outra. A idade de ouro das organizações partidárias europeias – as duas décadas entre o segundo pós-guerra e o final dos anos 60 – registrou valores agregados de volatilidade partidária equivalentes a 9%. Isto significa estimar neste percentual a proporção de eleitores flutuantes entre cada disputa eleitoral. Por outro lado, entre os anos 80 e 90 – as décadas da suposta "crise da democracia representativa" – os índices de volatilidade eleitoral ainda foram ligeiramente inferiores, situando-se em torno de 8,5%. Ou seja, eleitores continuam onde sempre estiveram, votando nos partidos de sua confiança. Uma dimensão na qual devem ser detectadas mudanças mais significativas corresponde à perda da importância do ativismo partidário, o que pode ser mensurado pela redução no percentual de filiados em relação ao total de eleitores: de 9% para 3% na Inglaterra, 12% para 9% na Itália, 21% para 7% na Dinamarca. Entre outros fatores provavelmente associados à redução na militância partidária, um pelo menos deve nos chamar a atenção. A mudança nos padrões de financiamento partidário, provocada pelos subsídios estatais – fundos partidários públicos – implicou em perda da necessidade de cotizações e outras formas de contribuição dos aderentes como forma de manutenção das estruturas organizativas partidárias, diminuindo a inclinação das lideranças políticas em estimular o ativismo e a militância. Isto deve nos servir de lição, especialmente quando se discute, no Brasil, a criação de financiamento público.

Adverso | O governo Lula acabou?

André Marenco | A considerar-se as respostas que ele tem dado frente à crise, sim, acabou. Da escolha de uma estratégia legislativa equivocada, da con-



"No terreno das denúncias de corrupção, o governo deveria investigar a origem do dinheiro utilizado no financiamento de campanhas. Há um silêncio cúmplice da oposição e do próprio PT a respeito"

dução para a eleição da Mesa da Câmara, da resistência para a abertura da CPI, somado às dificuldades do PT em isolá-la mais relacionada com a arrecadação ilegal de recursos, não se nota nenhuma iniciativa que sinalize para uma "refundação" do governo ou do próprio PT. E como o tempo até a eleição presidencial está se encurtando, creio que daqui para a frente as coisas tornar-se-ão mais delicadas para o Executivo. O que o PT/Governo poderiam fazer neste contexto? Penso que ele teria duas alternativas para retomar a iniciativa política: no terreno das denúncias de corrupção, investigar a origem do dinheiro utilizado no financiamento de campanhas. Há um silêncio cúmplice da oposição, e do próprio PT, a respeito. Não é possível punir apenas os destinatários ou operadores da transferência de recursos e omitir-se em relação a quem teria doado valores tão elevados como os apurados pela CPMI. No

terreno propriamente das políticas governamentais, o governo deveria acelerar a queda na taxa de juros para sinalizar uma direção mais clara de desenvolvimento e criação de empregos.

Adverso | Qual o caminho possível para a esquerda brasileira?

André Marenco | A situação parece-me muito difícil, pois de um lado, fora do PT, existe o velho e conhecido caminho da esquerda, da fragmentação, sectarismo, impotência política. Dentro do PT, as coisas estão limitadas entre o pragmatismo do grupo de Dirceu, que aparentemente tem ainda muita força, ou o também velho fundamentalismo da esquerda tradicional. Uma alternativa para a renovação do PT e sua unidade seria uma recomposição posterior às eleições internas do PT, entre setores da esquerda e setores do centro partidário. Mas não sei até que ponto isto seria de ocorrência provável.

Violência Policial

Trabalhadores protestam morte de sindicalista

Ações como passeatas, vigílias, distribuição de panfletos e adesivos, e outras mobilizações de rua vêm acontecendo em protesto contra o assassinato do sindicalista Jair Antônio da Costa, ocorrido no dia 30 de setembro, em Sapiranga, Região do Vale do Sinos. No dia 7 de outubro, manifestantes se deslocaram até a Praça da Matriz em Porto Alegre, onde fizeram um ato público em frente ao Palácio Piratini.

por Nara Branco

Em nota divulgada pela imprensa, a CUT pediu a "apuração rigorosa e imediata, e punição exemplar de todos os responsáveis". "Numa sociedade democrática é ainda mais inadmissível que uma manifestação pacífica seja reprimida à força. A atitude policial que vitimou o companheiro Jair é um atentado à vida e à atividade sindical", conclui o documento assinado pelo presidente da Central, João Felício.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Dionilso Marcon, disse que o objetivo dos protestos é denunciar a escalada da violência em curso no Rio Grande do Sul e cobrar providências do governo. Marcon aponta a atual política de segurança como uma retomada de métodos violentos, em especial contra os movimentos sociais.

Um ato público no dia 6 de outubro, que reuniu milhares de trabalhadores de todo o estado, marcou o sétimo dia da morte do sindicalista. A manifestação aconteceu em Sapiranga, no mesmo lugar onde Jair foi morto, e simbolizou o protesto contra a política de segurança adotada pelo Governo do Estado. Uma cruz, onde os manifestantes depositaram flores, foi deixada no local como símbolo da luta do povo e como uma homenagem a todos os homens e mulheres que já perderam a vida por causa da arbitrariedade.

O presidente estadual da CUT, Quintino Severo, destacou que o fato não é isolado. Para ele "é necessário alterar a política de segurança deste estado". O presidente do Sindicato dos Sapateiros de Sapiranga, Antônio Machado, disse que os sindicalistas não são contra a corporação militar, mas "contra aqueles que usam o poder para reprimir os trabalhadores e os movimentos sociais, às vezes, até mesmo matando".

Morte violenta

Jair Antônio da Costa, 31 anos, dirigente do Sindicato dos Sapateiros de Igrejinha, morreu durante confronto com a Brigada Militar, em uma manifestação contra o desemprego (desde o início do ano, 13 mil postos de trabalho no setor coureiro-calçadista da região foram fechados). Costa chegou ao Hospital Beneficente Sapiranguense com parada cardiorrespiratória, escoriações nos joelhos, no ombro esquerdo e com a pele roxa. Os médicos tentaram reanimá-lo durante uma hora, sem sucesso. Testemunhas relataram que ele foi perseguido, derrubado no chão e algemado pelos policiais.

Segundo o delegado Pedro Marques, o laudo preliminar apontou que o sindicalista morreu por asfixia mecânica, se-



Ato público: manifestação no 7º dia da morte de Jair Costa

guida de contusão hemorrágica na laringe e traumatismo cervical. No dia 1º de outubro, o comando da Brigada Militar no Rio Grande do Sul afastou cinco policiais do 32º Batalhão que participaram do confronto. De acordo com o sub-comandante geral da Brigada, Wilson Pinto de Oliveira, os policiais afastados são aqueles que estiveram mais próximos da vítima e serão deslocados para atividades administrativas durante as investigações.

O secretário de Segurança Pública do Estado, José Otávio Germano, apenas divulgou nota burocrática lamentando os incidentes. Vale lembrar que, logo que assumiu, Germano declarou em entrevista ao programa "Polícia em Ação" (veiculado por um canal comunitário de Porto Alegre) que a polícia gaúcha passaria a agir "sem freio de mão" para defender os "homens de bem".

* A Adufrigs manifesta profundo pesar pela morte de Jair e se une ao movimento pela justiça.

DIREITO

A Construção da Cidadania

O Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (Saju), que funciona no prédio da Faculdade de Direito da Ufrrgs, completou 55 anos em setembro. Ao longo desse tempo, estagiários do curso de Direito vêm prestando atendimento gratuito à população carente, seja individual ou através de projetos executados diretamente nas comunidades. Esse trabalho, coordenado por professores e advogados, tornou o Saju um instrumento de conscientização dos direitos fundamentais do cidadão.

A dona-de-casa Lorizete Souza da Silva, 36 anos, é uma dessas pessoas que recorreram ao Saju para procurar seus direitos. Há seis anos ela tomou conhecimento da existência do serviço através dos jornais e, como ela mesma diz, "comecei a pleitear a minha pensão alimentícia". Com um filho de 13 anos, Lorizete teve o problema parcialmente resolvido, mas agora está retornando ao Saju porque, segundo ela, o pai do menino "rompeu o acordo" e não está pagando a pensão regularmente. "Estou entrando com processo na justiça para fazer valer os direitos do meu filho", explica. Satisfeita com o atendimento, ela classifica o Saju como "uma luz no fim do túnel, pois o serviço resolve problemas em todas as áreas, é gratuito e mais ágil do que o do Fórum", destaca. Além disso, a dona-de-casa diz que o Saju serviu para uma tomada de consciência de seus direitos. "Tanto que aviso todo mundo que eu posso sobre o serviço", comenta.

A auxiliar de serviços gerais Cláudia Maciel, 33 anos, descobriu o Saju através de Lorizete. Ela confessa que não tem a mínima noção de seus direitos e está recorrendo ao serviço pela primeira vez. Cláudia tem três filhos, de 11, 8 e 6 anos e está passando pelo mesmo problema da amiga. "O pai deles não paga a pensão todos os meses e, quando paga, dá o que quer", reclama. Agora, ela decidiu entrar



Atualmente, cerca de 150 pessoas são atendidas pelo Saju todos os meses.

com processo judicial para garantir o sustento dos filhos. "Mesmo trabalhando, ganhando meu dinheiro, vou correr atrás dos direitos das crianças", promete.

A orientadora geral do Saju, professora Luiza Moll, define a entidade como um programa de extensão universitária que pertence aos estudantes e "reflete uma relação direta deles com a faculdade". Apesar de exercer esse papel desde 1950, só em 1997 a entidade ganhou "uma

cara institucional". Ela destaca entre os vários projetos de extensão implantados, o de interação com o Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (Gapa), que rendeu até um livro: "Aids - O Papel do Estado e do Direito".

Caráter institucional

Para Luiza Moll, que atuou diretamente na estruturação do Saju, "a idéia sempre foi criar uma entidade com planejamento estratégico participativo, que permitisse a mobilidade própria da vida acadêmica aos estudantes e que, ao mesmo tempo, desse ao serviço um caráter institucional, ou seja, que tivesse estabilidade, regularidade, continuidade das ações, que registrasse uma memória e que, principalmente, tivesse uma função social de promover o acesso à Justiça pela comunidade carente". Ela assegura que a estrutura original do Saju persiste, pois tem caráter permanente, além de possuir uma filosofia orientadora que leva ao trabalho cooperativo, à democracia de gestão, ao protagonismo dos estudantes e à educação solidária continuada.

Atualmente, o Saju realiza quatro projetos, envolvendo 130 pessoas, que seguem duas vertentes: assistência voltada ao atendimento individualizado, totalizando uma média de 150 atendimentos por mês, e assessoria judicial voltada diretamente às comunidades. Essa última tem a função de organizar demandas co-

SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (SAJU)

Fone/Fax: 3316-3967

e-mail: saju@ufrgs.br

ATENDIMENTOS DA ASSISTÊNCIA

	GRUPO	FORMA DE ATENDIMENTO	HORARIO
SEGUNDA-FEIRA	Cível e Família - G4 Juizado Especial Criminal GEIP	Agendamento Agendamento	14h30min 19h
TERÇA-FEIRA	Criança e Adolescente - G55 Cível e Família - G3	Fichas Agendamento	14h30min 18h
QUARTA-FEIRA	Direito do Consumidor-G7 Cível / Família / Trabalhista - G2	Agendamento Agendamento	14h30min 18h
QUINTA-FEIRA	Criança e Adolescente - G55 Cível e Trabalhista - G1	Fichas Agendamento	14h30min 19h
SEXTA-FEIRA	Cível e Família - G6	Agendamento	18h

Fonte: Saju

letivas, fomentar a consciência de cidadania, promover os direitos humanos e o acesso aos bens comuns pela população carente. A estrutura organizacional do serviço, que possui um regimento interno, se dá através da orientadora geral, de um coordenador, um vice-coordenador, o conselho de monitores, as coordenações docente e discente e uma secretaria.

Projetos

O "Assistência no Acesso à Justiça" e o "Grupo de Estudos e Intervenção em Matéria Penal" são os projetos de atendimento individual, enquanto o "Tá Direito?" e o "Abrigando a Cidadania" trabalham com o coletivo.

O "Tá Direito?" desenvolve atividades na área de capacitação para jovens que estão ingressando no mercado de trabalho e promove oficinas temáticas nas escolas sobre direitos humanos, meio ambiente, papel da mídia, direito do consumidor, acesso à Justiça, entre outros. As oficinas são realizadas em escolas municipais e estaduais de Porto Alegre.

Timóteo Rafael Piangers, aluno do oitavo semestre, é coordenador geral do Saju e atua no "Tá Direito?". Ele conta que o projeto começou na Escola Neuza Brizola, no bairro Cavalhada, onde havia disputa de liderança no tráfico de drogas. Depois trabalharam com o Colégio Rio Branco, a Escola Medianeira e, atualmente, estão na Pequena Casa da Criança, na Vila Conceição, onde desenvolvem o pro-

jeto "Pequeno Aprendiz", dentro do tema Direitos Humanos. Piangers destaca ainda a atividade com a griffe Morro da Cruz, onde foi abordado o Direito do Trabalho. Segundo Timóteo, a metodologia envolve jogos, música e teatro, onde os jovens participam, exercitam o trabalho em equipe e, ao mesmo tempo, criam uma consciência de cidadania. Para o estudante, coordenar o Saju e participar desses projetos "é uma experiência mais enriquecedora que qualquer estágio na área do Direito".

O "Abrigando a Cidadania" trata da educação popular e do direito à moradia. O estudante Paulo Berni, que atua nesse projeto, define o trabalho que realiza como "uma intervenção através de oficinas de direito que tem por objetivo o fortalecimento da idéia de coletivo, mostrando caminhos". Ele cita como exemplo os trabalhos realizados na Vila São Miguel, no bairro Partenon e na comunidade remanescente quilombola Manoel Barbosa, em Canoas. "Através das oficinas, de jogos e outras atividades, trabalhamos alguns conceitos, como saneamento básico, e estimulamos a organização das comunidades e a escolha de líderes", complementa. Além disso, os estudantes acompanham os processos de regularização fundiária e orientam sobre o papel dos órgãos públicos nessas questões. Para Berni, essa experiência tem sido muito importante para a formação profissional e para a vida. "Saímos fortalecidos com esse trabalho", conclui.

ACONTECE

Psicologia

O Núcleo de Infância e Família do Instituto de Psicologia está selecionando mães voluntárias para participar de uma pesquisa denominada "Nascimento do 2º filho e a dinâmica familiar". O projeto quer conhecer o impacto que causa a chegada do segundo filho para o desenvolvimento emocional do primogênito. Para participar do programa, as interessadas deverão estar no 3º trimestre de gestação e possuir um filho, entre 3 e 6 anos de idade. Informações e inscrições pelo telefone 9955-9035.

Vestibular



Abrem no dia 18 de outubro e vão até 4 de novembro as inscrições para seleção de fiscais para o vestibular da Ufrgs, que acontece de 8 a 12 de janeiro de 2006. Docentes,

técnico-administrativos e alunos podem concorrer a uma vaga no processo de seleção que será feita através de sorteio. No mesmo período também estarão abertas as inscrições para coordenador de local de prova, função que poderá ser exercida por docentes e técnico-administrativos.

Informações e inscrições pelo site www.vestibular.ufrgs.br.

Este espaço foi criado para mostrar o cotidiano nos campi da Ufrgs e os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores na universidade.

Envie sugestões de temas e questões que envolvam a comunidade universitária

NOVOS CAMINHOS

Adufrgs lança pacote de convênios

Dentro de uma visão moderna de sindicato, e respaldada por recente pesquisa de opinião realizada entre seus associados, a Adufrgs lança, no dia 14 de outubro, um pacote de convênios que abrange as mais diversas áreas. Na verdade, a associação toma agora um caminho que já vem sendo seguido há algum tempo por inúmeros sindicatos no Brasil e no Mundo, que consiste em privilegiar as atividades associativas como forma de aproximar os sócios e motivá-los a participarem do debate político.

De acordo com o levantamento feito pela Adufrgs, as áreas de cultura e lazer foram citadas em 67% dos questionários respondidos. Serviços e insumos relacionados ao ensino e à informática receberam indicações em 65% das entrevistas, enquanto a saúde foi lembrada em 64%. A intenção da atual diretoria é fomentar a prática do associativismo, por entender que um sindicato deve, além de promover discussões políticas, buscar benefícios para seus filiados.

Para o presidente da Adufrgs, Eduardo Rolim de Oliveira, o fato de uma entidade sindical se envolver em questões dessa natureza não enfraquece o debate político. Segundo ele, a atual diretoria está convicta que ao dar uma maior atenção ao aspecto social, aumenta a participação do associado no cotidiano do sindicato e, assim, seria possível envolver um maior número de pessoas nas discussões políticas do Movimento Sindical.

O secretário nacional de Comunicação da CUT, Antônio Carlos Spis, concorda com Rolim e assegura que a Central, que possui escolas, hotéis e até uma agência de viagens, não se afastou em nenhum momento da luta política por trabalhar para garantir o que ele chama de "ganhos indiretos". "É um equívoco exigir que o Estado supra todas as necessidades do trabalhador. Estamos no capitalismo e não no socialismo", argumenta Spis.

Marcos Fuhr, secretário de Organização Sindical do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS), também defende esse modelo. Ele conta que o Sinpro/RS, desde que adotou o conceito "sindicato cidadão", em 1992, vem trabalhando no sentido de promover a cidadania entre seus associados. Isso se dá através de

eventos culturais, cursos de aperfeiçoamento, palestras, seminários, e na busca constante de parceiros no setor de prestação de serviços.

O sindicalista ressalta que a prática de aproveitar um grupo de pessoas para barganhar descontos em produtos e serviços está dentro de um dos princípios do Movimento Sindical, que é o esforço coletivo. Assim como o presidente da Adufrgs, Fuhr discorda da afirmação de que a luta reivindicatória estaria comprometida com a postura do chamado "sindicato moderno". "Essa crítica foi formulada em uma época que havia muito assistencialismo. O associativismo é diferente", esclarece.

Outra entidade sindical que segue a mesma linha e é considerada uma das mais combativas e politizadas, é a Associação de Servidores da Ufrgs (Assufrrgs). Para o coordenador geral da entidade, Levi Pereira Campos, fortalecer o caráter associativista não desvia o objetivo político do sindicalismo. "O que desvia o foco da política é a conjuntura política nacional, tanto que estamos em greve", ressalta.

Ele aponta como fator primordial para o equilíbrio entre a atuação política e a associativa de um sindicato, a eficiente divisão de trabalho entre os coordenadores, de acordo com seus perfis. "Uns tem um perfil mais administrativo, outros mais político e assim se chega ao equilíbrio, cuidando de todas as áreas", conclui.

Levi resume o caráter associativo da Assufrrgs enumerando serviços que são oferecidos aos associados como uma sede campestre em Porto Alegre, uma colônia de férias em Garopaba (SC), convênios com estabelecimentos comerciais e clínicas dentárias e assistência jurídica.

Sindicatos para quê?

Fernando Cotanda

Doutor em Sociologia, Chefe do Departamento de Sociologia da Ufrgs

Desde já afirmo que não há, nem de longe, pretensão de responder a esta pergunta, mas somente afirmar a pertinência de que ela seja feita neste contexto de radicais transformações no mundo do trabalho. Não se trata, também, de um intento de propugnar o fim dos sindicatos, mas ao revés, sugerir que os sindicatos devem afirmar-se em novas bases. A indagação parece se impor, considerando o fato de que vivemos tempos de perplexidade muito mais do que de certezas relativamente aos rumos do trabalho.

A reestruturação produtiva, os efeitos da agenda política neoliberal e a acelerada mundialização da economia, dentre outros fatores, seguem sendo promotores de uma remodelagem do trabalho em todos os países industrializados. Fazem parte deste *menu* de transformações a acelerada modificação da composição setorial do emprego, com sensível diminuição da participação da indústria e aumento dos serviços; o aumento da expectativa média de vida, com implicações para as funções previdenciárias; mudanças na relação entre educação e trabalho, com exigências de novas competências; uma nova divisão internacional do trabalho; a desregulamentação do mercado de trabalho; o desemprego estrutural; o aumento do ritmo de trabalho; diversas faces de flexibilização do trabalho; a precarização do trabalho; as novas formas de contratação; o enfraquecimento dos contratos coletivos; a subcontratação; a fragilização dos sindicatos, dentre outros aspectos.

No período pós Segunda Guerra Mundial, os sindicatos foram partícipes na edificação de um sistema institucionalizado de relações de trabalho que lhes proporcionou importantes atribuições regulatórias na sociedade. Um sistema que foi responsável, conforme Rainer Dombois (1998), por conferir "funções fundamentais" às atividades remuneradas: "Em primeiro lugar é a principal fonte de rendimentos individual e abre oportunidades para assegurar economicamente a existência do indivíduo; ademais proporciona *status* social e reconhecimento, e, com ele, cumpre, [...] funções basicamente psicosociais. Em terceiro lugar, é a base da segurança social [...] Por último, é o principal meio de integração cidadã..." (Dombois, 1998, p.196).

Diferentes componentes da regulação institucionalizada do conflito entre capital e trabalho, que caracterizaram o "padrão de desenvolvimento fordista", vêm sofrendo um processo de erosão ao longo das últimas décadas. A crise no padrão de desenvolvimento fordista gerou aquilo que Mattoso (1995) denominou de a "desordem do trabalho", referindo-se a um conjunto de "inseguranças do trabalho", trazendo consigo um potencial de impacto sobre os sindicatos que ainda não chegou ao seu limite.

Conforme referiu Mattoso, uma das manifestações con-

temporâneas mais importantes em relação ao mercado de trabalho é o fato de que parcela significativa dos trabalhadores não está incluída nele. A despeito das transformações em curso no mundo do trabalho promoverem consequências negativas para o desempenho da atividade dos sindicatos, estes não estão "...condenados a um processo de adaptação meramente passiva e reativa...", conforme assinalou Jacobi (1993, p.236).

Todas as alterações no mundo do trabalho em curso nas últimas décadas estão a impor a edificação de "...novas disposições regulatórias [...] novos pactos sociais que se estendam além da trama corporativa..." para conter a desintegração social e os riscos à contratualidade social (Dombois, 1998, p.204). Mas para isso é necessário que as direções sindicais, não exclusivamente, assumam uma postura reflexiva, ou seja, que pensem a si mesmas e atuem nos espaços onde possuam maior governabilidade.

Mas estariam os sindicatos, da forma que os concebemos, modelados pelas institucionalidades "fordistas", adaptados às novas exigências e configurações do mundo do trabalho? Os sindicatos ocupam ainda o mesmo lugar na representação dos interesses dos trabalhadores, ou estariam em curso mudanças identitárias em meio a um florescimento^o de representações parciais? Quem os sindicatos devem representar? Deveriam abrigar no seu interior os trabalhadores desempregados, precarizados ou aqueles que não se encontram formalmente contratados? Qual o grau de articulação que deve ter o sindicato com outros movimentos sociais? Qual a abertura e capacitação para encarar novos temas na agenda sindical? Por que os sindicatos, via de regra, não discutem o conteúdo do trabalho? Quais são as atribuições de um sindicato neste novo contexto? Para que serve o sindicato?

Para aceitar estas indagações como válidas, é imperativo que os sindicatos assumam uma postura reflexiva. Os sindicatos são instituições e como tal tendem a ser percebidas, inclusive por seus dirigentes, de forma naturalizada, reificada, tipo "sempre foi assim e assim deverá ser". Nada pior em momentos de crise e transformação. As diferentes formas que os sindicatos assumiram ao longo da história não foram edificadas naturalmente, mas sim socialmente construídas.

Sindicatos não são prédios, são movimentos. Por isso mesmo as atribuições dos sindicatos não são perenes, objetivas, ao contrário devem ser elaboradas em consonância com as circunstâncias históricas, políticas, econômicas e culturais. O sindicalismo não é portador de um "destino objetivo" (Laclau e Mouffe, 1987) e, por essa razão, se faz necessário que ele afirme, no presente, suas convicções e seus projetos, agora em novas bases.

Bibliografia citada:

- DOMBOIS, Rainer. Erosiones de las relaciones laborales y nuevas formas de trabajo remunerado: notas desde Alemania. Nueva Sociedad, Caracas, n.158, p.185-204, 1998.
- JACOBI, Otto. Nuevos paradigmas tecnológicos. Ciclos largos y sindicatos. In: HYMAN, R.; STREECK, W. (Comps.). Nuevas Tecnologías y Relaciones Industriales. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social., 1993. p.235-250. (Colección Economía y Sociología del Trabajo).
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. Hegemonia e estratégia socialista: hacia la radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987.

REVOLUÇÃO UNIVERSITÁRIA

Chega de pesquisa *prêt-à-porter*

Uma reforma seria pouco. A universidade pública na América Latina precisa mesmo é de uma revolução. Esta idéia foi constante na fala do sociólogo argentino Atilio Borón, do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso), durante o 25º Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia (Alas), que aconteceu em Porto Alegre no final de agosto.

por Clarissa Pont

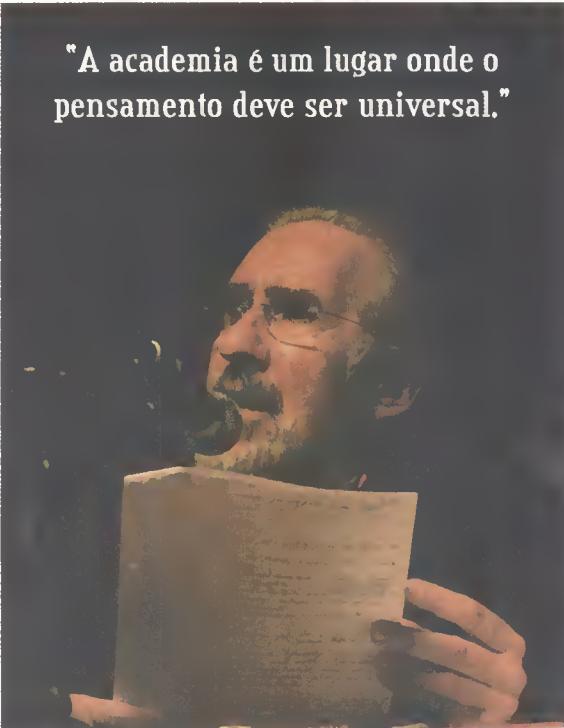
O público, que lotou o salão de atos da Ufrgs para assistir à conferência "Ciências Sociais e pensamento crítico na América Latina e no Caribe", acompanhou Borón traçando um panorama geral sobre a situação do próprio ambiente acadêmico e apontando o neoliberalismo e o pós-modernismo como pontos cruciais para o declínio do pensamento crítico na América Latina. "A possibilidade de instituições públicas e universidades investigarem o social foi varrida pelo Tratado de Washington, que trocou essa lógica por um modelo de consultoria, uma investigação *prêt-à-porter*", definiu Borón.

A crítica é às empresas de consultoria criadas dentro das universidades, nas quais a pesquisa é custeada por organizações financeiras que definem os temas. Esse modelo foi responsável por deixar de fora dos estudos acadêmicos temas como a distribuição de renda na América Latina, justo em um continente que possui uma das piores distribuições de renda, com 10% dos mais ricos pagando menos impostos que os 10% mais pobres.

Segundo Borón, outro exemplo de despropósito é o fato da sociologia latino-americana não abordar a estrutura tributária. "É um tema pouco estudado, embora seja evidente e importante. Além dessas agências financeiras definirem os temas a serem pesquisados, definem as teorias utilizadas e até os conceitos que serão aplicados", denunciou.

Essas mesmas agências caracteri-

"A academia é um lugar onde o pensamento deve ser universal."



zam a pobreza como um fenômeno social que deve ser atacado de forma focalizada. "O enfoque do Banco Mundial pode ser bom para atacar o problema da pobreza na Dinamarca ou na Suíça, mas não na América Latina, onde a miséria afeta mais da metade da população", analisa.

Borón criticou também as formas de medir a produtividade acadêmica. Segundo ele, a lógica imposta permite que um artigo publicado em uma revista norte-americana tenha mais valor que a publicação de um livro na América Latina. Assim,

o controle ideológico é exercido não apenas pelas agências financeiras de pesquisa, mas também pelas revistas científicas norte-americanas e europeias.

Dois exemplos listados pelo sociólogo são definitivos para que se entenda o foco da pesquisa sociológica nestes continentes. Na década de 80, período de intensas contradições sociais nos Estados Unidos, a maior parte das investigações acadêmicas norte-americanas tratava da formação de casais. Nos anos 60, que tiveram como pano de fundo a luta pelos direitos civis e as manifestações contra a guerra, apenas uma pesquisa debruçou-se sobre a Guerra do Vietnã.

Além dos temas, os conceitos se deturparam. Para Borón, a sociologia fala de governos democráticos quando os grandes beneficiários da redemocratização da América Latina representam 10% da população. Saúde, educação e segurança pública deixam de ser direitos para serem tratados como valores de mercado; cidadão vira cliente ou consumidor; e o eufemismo da reforma do Estado encobre a destruição deste.

Atílio Borón concluiu questionando se essa mudança no pensamento sociológico seria algo possível. E afirmou: "A academia é um lugar onde o pensamento deve ser universal. A realidade social não é fragmentada e a pesquisa também não pode ser. Não é necessária uma reforma na academia, nas universidades da América Latina é preciso uma revolução".

QUILOMBO SILVA

Resistir para preservar a história



por Maricélia Pinheiro e Nara Branco

O medo de voltar da escola e não encontrar mais suas casas no lugar fez com que as crianças do Quilombo Silva, no bairro Três Figueiras, faltassem às aulas por vários dias. Durante a noite, ninguém dormia, apenas cochilava, em um exercício de revezamento durante 24 horas. Muitos perderam seus empregos, porque não podiam sair de casa para trabalhar. Foram longos dias e noites de pesadelo, vividos pelos cerca de 60 moradores do Quilombo no mês de junho passado, quando pretensos proprietários da área tentaram se apossar da terra e expulsar as famílias. Graças a uma liminar, a vida voltou ao normal, mas eles ainda vivem sob o fantasma da desapropriação.

Segundo o advogado da comunidade e militante do Movimento Negro, Jorge Luiz Marques da Silva, a decisão favorável da Justiça garante uma certa tranquilidade aos quilombolas enquanto correm os diversos processos judiciais e extra-judiciais. Ele avalia que há um grande interesse público no caso, uma vez que a existência de um quilombo envolve questões históricas e culturais. E ainda existe a informação de que este seria o primeiro quilombo urbano do Brasil, o que reforça a importância histórica.

Cercada por condomínios de luxo, a área de aproximadamente 4 mil metros quadrados está situada em uma das zonas mais nobres de Porto Alegre, próximo ao Shopping Iguatemi. A localização explica o interesse do mercado imobiliário que já teria tomado parte da área para a construção dos condomínios, segundo informou Rita Silva, moradora do Quilombo. Ela relata ainda que outras famílias de negros que viviam em volta foram debandando ao longo dos anos diante das inúmeras ameaças sofridas, ao contrário dos Silva, que vêm resistindo há pelo menos 60 anos.

Na década de 70, os Silva tentaram obter o título de posse através do usucapião, mas não conseguiram e, diante da primeira ameaça efetiva de despejo, no final da década de 90, se mobilizaram. O apoio veio do Movimento Negro, do Ministério Público e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, que então encorajou um laudo, financiado pela Prefeitura de Porto Alegre e Fundação Palmares, que daria à comunidade o atestado de quilombo. De lá para cá travou-se um guerra entre os Silva e os ditos proprietários da área, que estaria avaliada em R\$ 7 milhões, embora tenham oferecido apenas R\$ 8 mil a cada uma das 11 famílias para que deixassem o local, segundo a moradora.

Os critérios

A antropóloga Ana Paula Comin, responsável pelo laudo, seguiu os critérios definidos por lei em seu levantamento sobre a história da família Silva. De acordo com a Constituição Federal, a ancestralidade negra relacionada com a escravatura é um dos principais elementos que define uma comunidade como quilombo.

Para provar que os Silva descendiam diretamente de escravos, Ana Paula

foi a São Francisco de Paula, onde nasceu Naura Borges da Silva, primeira moradora do local.

Nos cartórios da cidade, a antropóloga comprovou a ancestralidade diretamente ligada à escravatura, uma vez que Naura e seu marido, Alípio, foram filhos de escravos e teriam se estabelecido na área das Três Figueiras na primeira metade do século 20, na esperança de ali conquistar, de fato, a liberdade.

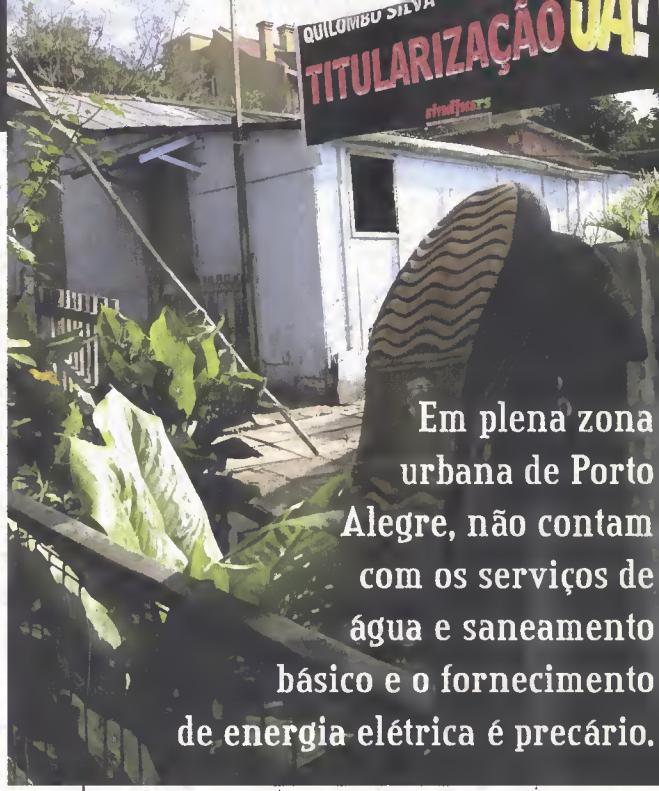
Os atuais chefes de família do Quilombo Silva são netos de Naura, filhos de Ana Maria, que casou-se com Euclides. As crianças, portanto, representam a quarta geração dos Silva. Esse histórico atende a um outro critério que define um quilombo: a construção da territorialidade. E o funcionamento em regime comunitário, inclusive compartilhando banheiros, lavanderia e horta, caracteriza os Silva como uma comunidade com princípios de organização próprios, mais uma exigência da lei.

A antropóloga ressalta que, pela primeira vez, o governo, através do decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, reconheceu um quilombo não pela terra onde este está inserido, mas pela forma de organização. "Estamos acostumados a ver a história do ponto de vista do opressor. Se olharmos do ponto de vista do oprimido, constatamos que um quilombo era uma forma de organização que permitisse autonomia e não a área ocupada", observa.

Contradição

Segundo Ana Paula, que vem acompanhando o caso desde que foi chamada para elaborar o laudo, as pessoas que se dizem proprietárias da terra a teriam comprado na década de 90, por R\$ 15 mil. Ela conta que o documento que comprova a posse descreve uma área que teria frente para a avenida Carlos Gomes (antiga Estrada do Meio), o que não coincide com a localização do Quilombo, que fica na Rua João Caetano, próximo à avenida Nilo Peçanha. Esse seria o principal argumento de contestação que vem sendo usado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca) na Justiça.

De acordo com decreto de 2003, cabe ao Inca demarcar e delimitar terras de



Em plena zona urbana de Porto Alegre, não contam com os serviços de água e saneamento básico e o fornecimento de energia elétrica é precário.

quilombolas, além de conceder títulos de posse. A riqueza de detalhes do laudo feito por Ana Paula Comin, Cristian Jobi Salaini, também antropólogo e Rodrigo de Azevedo Weimer, historiador, fez com que o Inca dispensasse o trabalho de fazer um novo levantamento e acatasse o dos pesquisadores. Diante da ameaça de despejo, o órgão emitiu um título de posse provisório até que a Justiça decida a quem pertence as terras. Para a antropóloga, o papel dos ministérios públicos Federal e Estadual, do Inca e do Movimento Negro foram fundamentais para evitar a retirada das famílias.

Precariedade

As 11 famílias do Quilombo Silva vivem apertadas em pequenas casas de madeira. Em plena zona urbana de Porto Alegre, não contam com os serviços de água e saneamento básico e o fornecimento de energia elétrica é precário. Existem apenas dois banheiros coletivos para atender toda a comunidade e, no inverno, conta Rita Silva, é muito comum os adultos tomarem banho gelado quando a eletricidade é suspensa.

Para garantir a subsistência, os Silva cultivam verduras e legumes. A água que garante vida ao local vem de um poço artesiano e de uma torneira localizada a cerca de 100 metros. Existem projetos, segundo Rita Silva, de instalação de um poste de energia elétrica e de implantação da rede de água e esgoto, mas por enquanto, os Silva ainda vivem sob a mesma discriminação que viveram seus antepassados.

Migração X Resistência

Ao longo dos últimos cem anos, a população negra da capital gaúcha foi migrando para a periferia. Segundo o historiador Rodrigo Weimer, que participou do estudo sobre o Quilombo Silva, as fontes de pesquisa foram a bibliografia existente, relatos e levantamentos feitos pela Prefeitura de Porto Alegre. De acordo com Weimer, existiram dois mecanismos para esse redesenho da localização da população negra: a especulação imobiliária, com consequente aumento de impostos, e os despejos, o que acabou definindo uma vila, não só como reduto de pessoas pobres, mas de pessoas negras também.

Segundo o historiador, no século 19 muitas ruas centrais de Porto Alegre eram núcleos de negros. Com a modernização do Centro, na passagem do século 19 para o 20, a população negra migrou para os bairros Cidade Baixa, Bom Fim, Mont Serrat, e mais tarde para o Petrópolis, onde muitas famílias permaneceram por um longo tempo. Weimer conta que a própria família Silva tinha relações de compadrio com moradores do bairro Petrópolis, que na época ficava distante do Centro.

Ele destaca que a família Silva constitui, nesse quadro, um núcleo de resistência, contrário à tendência de migração dos negros para a periferia. "Ao longo desses anos, eles não aceitaram vender a terra e se recusaram a ir para outros bairros como Lomba do Pinheiro, Chácara da Fumaça e Restinga, apesar de enfrentarem a hostilidade da comunidade do bairro Três Figueiras", justifica.

Rodrigo torce pelos moradores do Quilombo Silva e espera que a justiça seja feita. "Tomara que eles consigam a titularidade da área, pois seria, politicamente, o momento mais propício para isso, já que a ocupação ocorre desde a metade



do século passado e não seria justo ser espoliada", argumenta.

O historiador e professor do programa de pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), Mário Maestri, analisa a questão do Quilombo Silva com muita tranquilidade. "É uma comunidade negra que tem direito a essa terra, baseada no princípio universal do direito".

No livro "Deus é grande, o mato é maior - Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul", de sua autoria, Maestri conta a história destas comunidades de trabalhadores escravizados fugidos que se estabeleceram em zonas desertas, fundos de matas, ilhas e periferias das cidades. "Eram trabalhadores, que através da fuga, libertavam sua força de trabalho", expli-

ca. De acordo com Maestri, existiram milhares de quilombos no Brasil, tanto pequenos, como médios e grandes, sendo o mais famoso, o Quilombo dos Palmares, em Alagoas.

No Rio Grande do Sul, desde a colonização até 1888 existiram vários quilombos e, segundo Maestri, todas as informações se devem aos atos de repressão. Conta o historiador que a imensa maioria foi destruída, mas outros se mantiveram, mesmo com a repressão e com a abolição da escravatura. "Essas comunidades se transformaram em comunidades camponesas de afro-descendentes", explica.

Mas foi em 1988, durante a Assembléia Constituinte, que o Movimento Negro organizado conseguiu garantir o direito, aos moradores de quilombos, à titularidade sobre as terras ocupadas. No entanto, Maestri aponta um problema em toda a questão: "quando se começou esse movimento, se detectou uma injustiça, já que esse direito se restringia apenas às comunidades remanescentes de quilombos e

estas não eram tão numerosas no Brasil. Havia uma quantidade muito grande de negros, que não eram remanescentes de quilombos, mas que viviam em solo urbano-rural sem ter propriedade da terra", explica.

Sendo assim, o Movimento Negro optou por uma reivindicação mais ampla, integrando à lei toda a comunidade afro-descendente em solo urbano-rural, pertencente ou não a quilombos, que são milhares no País. Segundo Maestri, a luta agora é pelo cumprimento da lei, meta que vem sendo perseguida pela Fundação Palmares. "O primeiro passo é o reconhecimento das áreas como quilombolas e a realização disso depende exclusivamente da mobilização das comunidades", conclui.

X

Prestação

de contas



**ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS
DOCENTES DA UFRGS**
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64

BALANÇETES – VALORES MENSais - 2005

RUBRICAS / MESES	JUN
ATIVO	2.837.079,67
FINANCEIRO	2.549.221,26
DISPONÍVEL	612.950,32
CAIXA	489,37
BANCOS	17,26
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	612.443,69
REALIZÁVEL	1.936.270,94
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.894.598,01
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.894.598,01
ADIANTAMENTOS	5.541,36
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	5.541,36
OUTROS CRÉDITOS	35.000,00
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO	35.000,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINtes	1.131,57
PRÉMIOS DE SEGURO A VENCER	1.131,57
ATIVO PERMANENTE	287.858,41
IMOBILIZADO	284.559,64
BENS MÓVEIS	144.831,59
BENS IMÓVEIS	248.811,89
BENS E DIREITOS EM FORMAÇÃO	16.425,74
(-)DEPRECIACõES ACUMULADAS	(125.509,58)
DIFERIDO	3.298,77
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
(-)AMORTIZACõES ACUMULADAS	(8.772,71)
PASSIVO	2.555.646,78
PASSIVO FINANCEIRO	30.745,43
OBRIGAÇõES OPERACIONAIS	9.253,78
OBRIGAÇõES FISCAIS E SOCIAIS	5.855,86
OBRIGAÇõES COM O PESSOAL	0,00
OBRIGAÇõES DIVERSAS	900,00
CREDORES DIVERSOS	2.497,92
OBRIGAÇõES PROVISIONADAS	21.491,65
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	21.491,65
SALDO PATRIMONIAL	2.524.901,35
ATIVO LÍQUIDO REAL	2.238.670,65
SUPERAVIT ACUMULADO	286.230,59

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS

FOLHA 2

RUBRICAS / MESES	JUN	ACUMULADO
RECEITAS	167.674,42	911.814,90
RECEITAS CORRENTES	111.726,95	668.337,31
RECEITAS DE CONTRIBUIÇõES	111.726,95	668.337,31
RECEITAS PATRIMONIAIS	36.770,17	182.707,88
RECEITAS FINANCEIRAS	36.468,21	180.523,59
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	301,96	2.184,29
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICais	17.144,05	54.535,76
PARTICIPAÇõES EM AÇõES COLETIVAS	17.144,05	54.535,76
OUTRAS RECEITAS	2.033,25	6.233,95
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	2.033,25	6.178,75
OUTRAS RECEITAS	0,00	55,20
DESPESAS	114.982,26	630.382,01
DESPESAS CORRENTES	114.883,26	630.283,01
DESPESAS COM CUSTEIO	34.370,83	204.697,52
DESPESAS COM PESSOAL	18.810,59	104.997,94
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	2.407,20	17.382,12
DESPESAS DE EXPEDIENTE	5.816,33	33.940,13
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	868,61	7.763,83
SERVIÇOS DE TERCEIROS	2.180,00	15.266,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	743,35	3.697,86
DEPRECIAÇõES E AMORTIZAÇõES	1.911,56	11.001,99
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	1.612,39	10.465,83
ENCARGOS FINANCEIROS	20,80	181,82
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICais	51.083,25	243.991,30
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	1.887,62	9.519,14
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	6.844,50	7.344,50
DESPESAS COM VIAGENS	11.889,86	56.909,91
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	3.266,42	12.241,02
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	4.414,85	25.792,43
DESPESAS COM PUBLICAÇõES	22.780,00	98.021,22
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	0,00	15.403,08
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICais	0,00	18.760,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.429,18	181.594,19
CONTRIBUIÇõES PARA O ANDES	23.914,70	142.976,94
CONTRIBUIÇõES PARA A CUT	5.514,48	38.617,25
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	99,00	99,00
PERDAS COM FURTOS E ROUBOS	99,00	99,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	52.692,16	281.432,89
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	281.432,89	281.432,89

EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA
Presidente

NINO H. FERREIRA DA SILVA
Contador - CRC-RS 14.418



**ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS
DOCENTES DA UFRGS**
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64

BALANÇETES – VALORES MENSais - 2005

RUBRICAS / MESES	JUL
ATIVO	2.851.197,66
FINANCEIRO	2.565.250,81
DISPONÍVEL	607.835,91
CAIXA	459,77
BANCOS	17,26
APLICAÇõES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	607.358,88
REALIZÁVEL	1.957.414,90
APLICAÇõES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.920.844,85
APLICAÇõES FINANCEIRAS	1.920.844,85
ADIANTAMENTOS	5.541,36
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	5.541,36
OUTROS CRÉDITOS	30.000,00
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO	30.000,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINtes	1.028,69
PRÉMIOS DE SEGURO A VENCER	1.028,69
ATIVO PERMANENTE	285.946,85
IMOBILIZADO	282.802,62
BENS MOVEIS	144.831,59
BENS IMÓVEIS	248.811,89
BENS E DIREITOS EM FORMAÇÃO	16.425,74
(-)DEPRECIACõES ACUMULADAS	(127.266,60)
DIFERIDO	3.144,23
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
(-)AMORTIZACõES ACUMULADAS	(8.927,25)

PASSIVO	2.557.623,43
PASSIVO FINANCEIRO	32.722,08
OBRIGAÇõES OPERACIONAIS	8.460,94
OBRIGAÇõES FISCAIS E SOCIAIS	5.836,83
OBRIGAÇõES COM O PESSOAL	0,00
OBRIGAÇõES DIVERSAS	126,60
CREDORES DIVERSOS	2.497,91
OBRIGAÇõES PROVISIONADAS	24.261,14
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	24.261,14
SALDO PATRIMONIAL	2.524.901,35
ATIVO LÍQUIDO REAL	2.238.670,65
SUPERAVIT ACUMULADO	286.230,59

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS

FOLHA 2

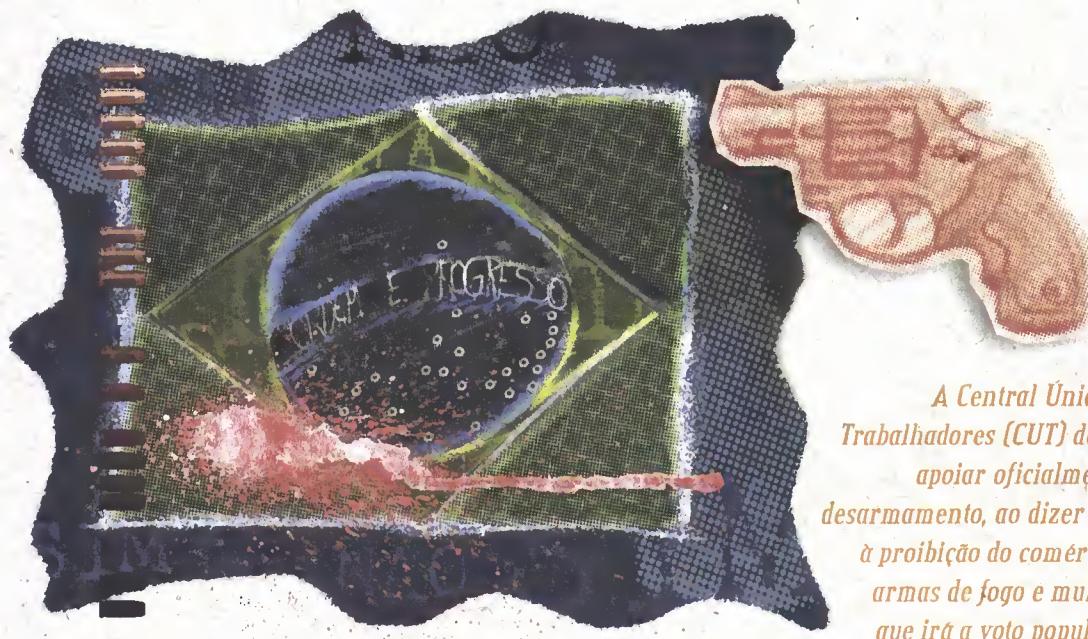
RUBRICAS / MESES	JUL	ACUMULADO
RECEITAS	144.452,69	1.056.267,59
RECEITAS CORRENTES	111.841,27	780.178,58
RECEITAS DE CONTRIBUIÇõES	111.841,27	780.178,58
RECEITAS PATRIMONIAIS	29.913,30	212.621,18
RECEITAS FINANCEIRAS	29.647,02	210.170,61
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	266,28	2.450,57
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICais	822,45	55.358,21
PARTICIPAÇõES EM AÇõES COLETIVAS	822,45	55.358,21
OUTRAS RECEITAS	1.875,67	8.109,62
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	1.875,67	8.054,42
OUTRAS RECEITAS	0,00	55,20
DESPESAS	132.311,35	762.693,36
DESPESAS CORRENTES	132.311,35	762.594,36
DESPESAS COM CUSTEIO	32.144,73	236.842,25
DESPESAS COM PESSOAL	18.747,71	123.745,65
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	5.425,69	22.807,81
DESPESAS DE EXPEDIENTE	1.450,19	35.390,32
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	760,39	8.524,22
SERVIÇOS DE TERCEIROS	2.415,00	17.681,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	139,48	3.837,34
DEPRECIAÇõES E AMORTIZAÇõES	1.911,56	12.913,55
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	1.262,91	11.728,74
ENCARGOS FINANCEIROS	31,80	213,62
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICais	68.119,74	312.111,04
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	1.887,62	11.406,76
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	0,00	7.344,50
DESPESAS COM VIAGENS	10.220,31	67.130,22
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	1.850,00	14.091,02
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	17.687,68	43.480,11
DESPESAS COM PUBLICAÇõES	28.280,85	126.302,07
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	193,28	15.596,36
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICais	8.000,00	26.760,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.046,88	213.641,07
CONTRIBUIÇõES PARA O ANDES	23.938,48	166.915,42
CONTRIBUIÇõES PARA A CUT	5.514,48	44.131,73
CONTRIBUIÇõES PARA O PROIFES	2.593,92	2.593,92
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0,00	99,00
PERDAS COM FURTOS E ROUBOS	0,00	99,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	12.141,34	293.574,23
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	293.574,23	293.574,23

EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA
Presidente

NINO H. FERREIRA DA SILVA
Contador - CRC-RS 14.418

DESARMAMENTO

CUT diz "sim" e se engaja na campanha



A Central Única dos Trabalhadores (CUT) decidiu apoiar oficialmente o desarmamento, ao dizer "sim" à proibição do comércio de armas de fogo e munição, que irá a voto popular no dia 23 de outubro.

de fogo no País é minimizado porque a maioria das vítimas são jovens pobres e negros.

O autor também apresenta números e pesquisas científicas que revelam a ineficácia da posse de armas de fogo nas mãos dos civis em nome do aumento da segurança. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos últimos 10 anos, mais de 325 mil pessoas foram assassinadas no país. A maioria delas é vítima de armas de mão, revólveres e pistolas que respondem por cerca de 63% de todos os homicídios no Brasil.

Entre 1979 e 2003, mais de 550 mil pessoas morreram no País, vítimas dessas armas, sendo que 44,1% delas eram jovens entre 15 e 24 anos. Considerando que os mais jovens representam cerca de 20% da população total, esses números indicam que, proporcionalmente, morrem mais do que o dobro de jovens vítimas de armas de fogo do que nas outras faixas etárias.

Com o livro, o ativista espera contribuir para avançar no debate sobre a questão. Apesar de ser um defensor do "sim", Rolim reconhece que qualquer política de controle de armas não é em si uma resposta suficiente ao fenômeno da violência e da criminalidade, em escala crescente no País.

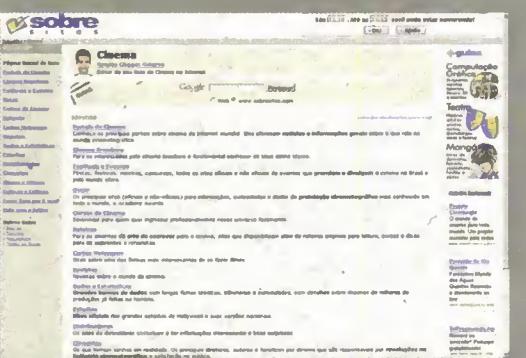
Sim à Vida

Argumentos não faltam para dizer "sim" ao desarmamento. Muitos estão disponíveis no site "Sim à Vida, Vote Sim" (www.referendosim.com.br), criado para impulsionar a campanha pela proibição da venda de armas e munições.

Na página, o internauta pode esclarecer dúvidas sobre o primeiro referendo da história do País e o primeiro sobre o tema no mundo, além de verificar números de acidentes com armas de fogo no Brasil e dados que comprovam a diminuição da violência em países que adotaram o controle de armas.

Quem acessar o site pode ler o Estatuto do Desarmamento e obter informações sobre o processo eleitoral, as normas que regem o referendo e o próprio texto do decreto legislativo que autoriza a votação e define a pergunta "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?

O site traz ainda depoimentos de celebridades a favor do desarmamento como Chico Buarque, Lázaro Ramos, Wagner Moura, Fernanda Abreu, Gabriel O Pensador, Lenine, Luciano Huck, Sandra de Sá, entre outras. Em Porto Alegre, o Comitê Gaúcho pelo Desarmamento funciona no mesmo local da ONG "Educadores para a Paz", na rua Fernando Machado, 981, sala 301, Centro. Maiores informações através do telefone (51) 3226-8505 ou do correio eletrônico pmarcel@terra.com.br.

HIPERLINK**Cinema**www.sobresites.com/cinema/

Traz informações e notícias sobre cinema nacional e internacional. Através do "Sobresites" é possível conferir festivais, eventos e dicas de cursos de cinema. O site disponibiliza ainda *links* com roteiros originais de filmes famosos para leitura e para os aspirantes a roteiristas, informações sobre curtas-metragem, cineastas, atores, atrizes e muito mais.

Mapas virtuaiswww.maps.google.com

Mania entre os internautas, os mapas virtuais estão virando sucesso na internet. A maioria oferece serviços gratuitos de localização espacial. No "maps.google.com" pode-se visualizar mapas ou imagens de satélites das cidades brasileiras e até de algumas do exterior. Outros especializados são o "Virtual Earth" (www.virtualearth.com), o "br.mapas.yahoo", o "mappoint.msn.com" e o "maps.yahoo.com", este restrito aos Estados Unidos e Canadá.

BETINHO**A volta do irmão do Henfil**

Já é possível "conversar" com Herbert de Souza, o Betinho, morto em 1997. Basta acessar o site Conversas com Betinho (www.conversascombetinho.org.br), criado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) em homenagem aos 70 anos que o sociólogo faria em novembro próximo.

A iniciativa tem como objetivo atualizar temas importantes defendidos por Betinho na agenda pública ao longo de sua vida; como os da ética na política, fome, Aids, meio ambiente e reforma agrária. No link "Com a palavra, Betinho - Artigos que não envelheceram", encontram-se textos escritos pelo sociólogo há alguns anos, mas que permanecem bem atuais, sobre temas que envolvem a cidadania, uma da bandeiras de Betinho.

Outro link interessante é "Trajetória Cidadã", uma pequena biografia deste incansável lutador contra a ditadura, atuante no combate à Aids e à fome. Também vale visitar o "Multimídia", um espaço dentro do site reservado para vídeos, áudios, fotos e charges de cartunistas brasileiros, argentinos, venezuelanos e espanhóis, que através do desenho revelaram a personalidade e o trabalho do sociólogo.

Herbert José de Souza, o Betinho, nasceu em 3 de novem-

bro de 1935, em Bocaiúva, Minas Gerais. Quando estudante universitário, atuou como liderança nacional dos grupos de juventude católica e participou das conquistas pelas chamadas "reformas de base". Segundo o escritor Otto Lara Rezende, Betinho pedia nas praças públicas tudo que os comunistas pediam - e mais o céu.

Exilado no começo da década de 70, viveu em muitos países, onde exerceu cargos importantes, entre eles o de assessor do presidente Allende, no Chile. De volta ao Brasil, em 1979, envolveu-se inteiramente nas lutas sociais e políticas, tendo sido um dos fundadores do Ibase.

Hemofílico, contraiu Aids em uma transfusão de sangue e por essa mesma condição genética, em 1988, Betinho perdeu dois irmãos: o cartunista Henfil, aos 43 anos; e o músico Chico Mário, com apenas 39 anos. Herbert de Souza morreu no dia 9 de agosto de 1997, aos 61 anos, em sua casa, no Rio de Janeiro.

HISTÓRIA

NEGRO EM PRETO E BRANCO

História Fotográfica
da População Negra
de Porto Alegre

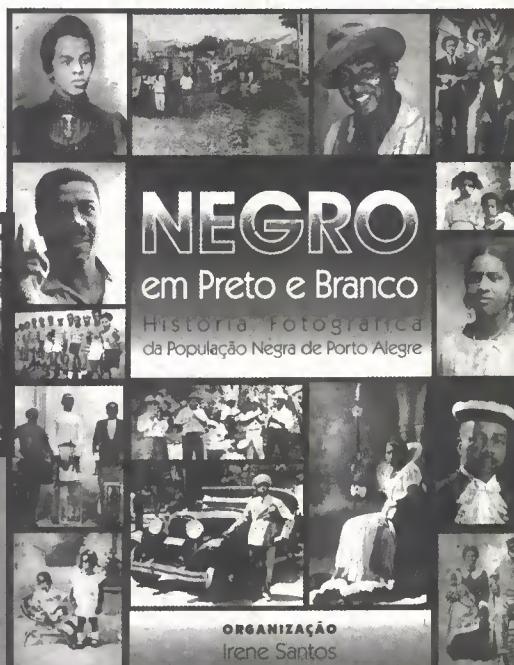


de Irene Santos, Vera Daisy Barcellos e Sílvia Abreu

Financiado pelo Fumpoarte e
Prefeitura de Porto Alegre

181 páginas

R\$ 25,00



Projeto vencedor da edição 2004 do Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural de Porto Alegre (Fumpoarte), o livro reúne fotografias e textos que retratam a história da população negra em Porto Alegre. A obra é organizada pela fotógrafa Irene Santos, idealizadora do projeto, e traz textos e entrevistas das jornalistas Vera Daisy Barcellos e Sílvia Abreu e de estudiosos da cultura negra de Porto Alegre.

"Negro em Preto e Banco" evidencia a contribuição dos negros na construção do desenvolvimento de Porto Alegre e preenche, de forma diferenciada, uma carência na historiografia oficial da Cidade. As fotos de famílias negras, oriundas dos acervos públicos e particulares, revelam um significativo contraponto aos estereótipos comumente utilizados para retratar a população negra.

A documentação visual descreve o cotidiano de pessoas anônimas e pontua a atuação da comunidade negra na cultura, nos usos e costumes, no esporte e na política no período que vai de 1850, data dos primeiros registros fotográficos no mundo e término do tráfico de escravos no País, até o



início dos anos 1980. Segundo as autoras, o livro veio para

ajudar no cumprimento da lei que torna obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-brasileira" no currículo oficial da rede de ensino, na medida que servirá como fonte de pesquisa.

Há ainda textos analíticos de estudiosos da cultura e do Movimento Negro do Rio Grande do Sul, depoimentos de personalidades da cultura negra e histórias de personagens populares. Interessados em adquirir a obra, com desconto, entrar em contato com irenesantos@terra.com.br ou silvia.marketing@terra.com.br. Para ver imagens do livro acesse o blog <http://fotolog.terra.com.br/negropb>.

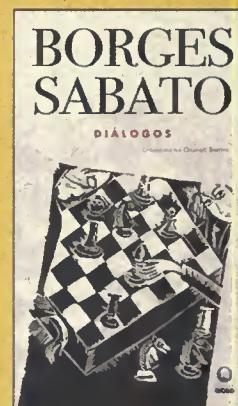
LEIA TAMBÉM

ARQUITETURA POPULAR
DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ

Günter Weimer
Editora Ufrgs
429 páginas
R\$ 70,00

O livro é a segunda edição ampliada de *Arquitetura da imigração alemã*, a primeira publicação brasileira sobre o tema. Apresenta, além do estudo do desenvolvimento arquitetônico a partir do momento da imigração, uma volta às origens centro-europeias para levantar as características básicas das formas construtivas dos principais centros de irradiação de imigrantes para o Brasil.

DIÁLOGOS - BORGES/SABATO



Orlando Barone
Editora Globo
176 páginas
R\$ 32,00

O livro traz uma série de conversas realizadas no final de 1974 e começo de 1975 entre dois dos maiores escritores da literatura argentina e universal: Jorge Luis Borges e Ernesto Sabato. Os diálogos se mantêm sempre com um tom cordial, mesmo em momentos polêmicos.



OTÁVIO CORRÊA

A utopia gratuita e sem discurso

Todos os brasileiros conhecem a foto daquele civil entre os militares do evento dos "18 do Forte de Copacabana". Se por acaso alguém identifica este civil, de nome Otávio Corrêa, poucos terão condições para pensá-lo como pessoa humana, pois este foi embalsamado como um mito, num cenário dos mais dramáticos da nossa história.

Foto embalsamada em livros sebosos e pouco simpáticos que circulam nas nossas pouco agradáveis salas de aula. Pouco agradáveis pois, afinal, para a maioria dos brasileiros, o estudo continua sendo apenas uma "obrigação para subir na vida" e não "um prazer desinteressado". Para as autoridades esta educação é um investimento. Falar, para estas autoridades, que "a escola é o lugar do ócio" é pedir briga ou então ser visto como alguém pouco sério, ou ainda, taxado como um potencial desequilibrado mental ao qual é perigoso prestar alguma atenção, por mínima que seja.

Uma imagem, tanto serve para revelar, como para esconder. A imagem, mesmo uma foto, revela uma ausência, um tempo ou algo que não existe mais. Para suprir esta ausência necessitamos da palavra para guiar o nosso olhar para a fonte desta imagem. O presente discurso nasce da necessidade concreta de revelar a origem do ser humano, cuja imagem ilustra o início do presente texto. Quanto ao resto é necessário ouvir o que ensina Wittgenstein: "o que não deve ser dito deve ser calado", mesmo para buscar no discurso algum sentido para o jovem que está a um passo da morte.

por Círio Simon
Professor de História das Artes Visuais
no Instituto de Artes da Ufrgs

Será puro acaso a Associação de Docentes da Ufrgs (Adufrgs) ter a sua sede na rua cujo nome homenageia o único civil dos "18 do Forte"? Ou será que foi um ato intencional de sua diretoria?

Há dúvidas, pois, o autor do presente texto pertencia a esta diretoria quando a Adufrgs adquiriu a sua sede na rua Otávio Corrêa. Na época ele também não associava estas duas verdades. Agora produziu o presente texto para estudar este civil do qual nada conhecia antes de fazer esta conexão entre nome e sede do seu sindicato. Também não possui delegação nenhuma de sua família e nem parentesco de sangue ou de ideologia. Ele apenas admira o gesto gratuito de um civil que se junta a um grupo de militares de armas em punho, para defender uma idéia embrionária, da qual ele não possui a mínima idéia das dimensões futuras. Mas salta aos olhos e à mente que este jovem dispõe-se a doar o bem mais precioso que ele possui, que é a sua



própria vida. O seu gesto é tão gratuito como a própria vida.

O nome de rua é homenagem justa. Mas, nome de rua é enganoso. Como a imagem, o nome de rua serve mais para esquecer a pessoa. O nome do intrépido jovem Otávio Corrêa serve para lembrar o nome da rua e não da pessoa Otávio Corrêa. Mas perdoemos o ritual e o costume latino de homenagear pessoas com nomes de ruas, em vez de usar números.

A distância entre o sublime e o ridículo é de alguns milímetros. O rapaz da foto é gaúcho. Ele pode estar a cometer mais uma "gauchada". Pronto: com esta "gauchada" tudo aquilo que era sublime, torna-se ridículo. Os demais habitantes do Brasil, quando se referem aos atos dos sulistas, apesar do medo que deles possuem, desqualificam os seus atos com a expressão "gauchada", mais com sentido de ridículo, do que de sublime.

Quem nos garante que este gesto seja compreendido como sublime? Realizado o derradeiro gesto da vida, sublime ou ridículo, o rapaz se evapora. Retorna para os sebos manuais pátrios. Mas o gesto deste jovem engenheiro, com toda a vida pela frente, entre o mar e a terra, numá praia, vestindo um terno de corte parisiense, com o sol dô final da manhã no rosto, projetando uma curta e intensa sombra, está muito além do discurso, dos ritos, da burocracia e das corporações de interesses. Ele, com o fuzil na mão esquerda e a sua sombra projetada no asfalto, se coloca no lugar dos profetas que nada escreveram, nada falaram e nada quiseram além de instaurar, por intermédio do seu gesto, uma nova verdade. Entregue a si mesmo, como cidadão comum, fez a sua escolha decisiva e consciente de que deveria pagar, se der mais alguns passos adiante, com o único bem de que dispõe: a vida.

É necessário perguntar-se se Otávio Corrêa, nos derradeiros passos ao lado de Siqueira Campos, ouvia o ulular informe da multidão que aos poucos se formava, do rumor das águas do oceano se quebrando na praia ao lado, percebeu a curiosidade dos repórteres e os avisos dos quatro mil soldados do governo?

Podemos desqualificá-lo como um insano, ou como um "homem bomba", ou como um *kamikaze*. Certamente a insanidade não lhe cabe após submeter-se à ciência da Engenharia pela lucidez da razão que este estudo requer, nem tinha intenção de matar inocentes como "homem bomba" e nem praticar o ritual "do vento dos deuses".

Otávio Corrêa, enterrado no ano de 1922, ignorado e velado pelos discursos oficiais que, três meses após, celebraram o 1º Centenário da Independência brasileira, pelos desdobramentos posteriores da Semana da Arte Moderna, pela instância da burguesia ansiosa para gargalhar com estrépito por motivo de qualquer quebra da monotonia de uma vida regulada por ritos, pelos discursos e pelas corporações de interesses de círculos fechados. Sociedade de corpo fechado mesmo para uma foto histórica que oculta tantas verdades.

Otávio Corrêa merece, do seu povo, o cultivo de outro tipo de memória. Ao se localizar uma sede de docentes em uma rua com o nome de um rapaz tão audacioso, que está muito além do discurso, dos ritos, da burocracia e das corporações de interesses surgem, ao natural, perguntas. O que significa o silêncio sobre alguém que nada escreveu, não fez discursos para multidões e nada quis, além de instaurar, qual profeta de um novo tempo, por intermédio do seu gesto, apenas uma nova verdade? Os docentes desta associação, que é uma das mais expressivas do Brasil, de uma das universidades mais politizadas, cultivam a memória deste jovem?

Podemos desqualificá-lo como um insano, ou como um "homem bomba", ou como um *kamikaze*.

Certamente a insanidade não lhe cabe após submeter-se à ciência da Engenharia pela lucidez da razão que este estudo requer, nem tinha intenção de matar inocentes como "homem bomba" e nem praticar o ritual "do vento dos deuses".



Cabem dúvidas, que abrem dois caminhos. Um deles é o negativo. Neste caminho, a maioria dos associados nada sabe da relação entre o nome da rua da sua associação, que homenageia o gesto extremo de um jovem recém-egresso de um curso superior, não quer saber e muito menos reivindica o direito à memória de Otávio Corrêa. Este silêncio irá ser sintomático se for constatado que esta associação mergulhou num sindicalismo regulado por um legalismo de ocasião, por ritos, por discursos e por corporações de interesses e caminha em círculos de histórias endogênicas, de alma e de corpo fechado para o gesto extremo de um instaurador de verdades novas.

Contudo, no caminho positivo, ao contabilizar os gestos dos inúmeros associados, que nada pedem em troca, frutificam os exemplos sem a palavra como a do patrono da rua. Frutificam nos gestos das diretorias e dos sócios, que pagam sem mesmo aparecer na sede ou nas assembleias. Frutificam, mesmo que esses associados enfrentem as balas assassinas da inveja, das mesquinhas e de interesses inconfessáveis, já alojadas na agulha dos fuzis daqueles que querem manter a ordem pela ordem. Frutificam mesmo diante de discursos ocos e práticas de associados em permanente contradição com os seus discursos.

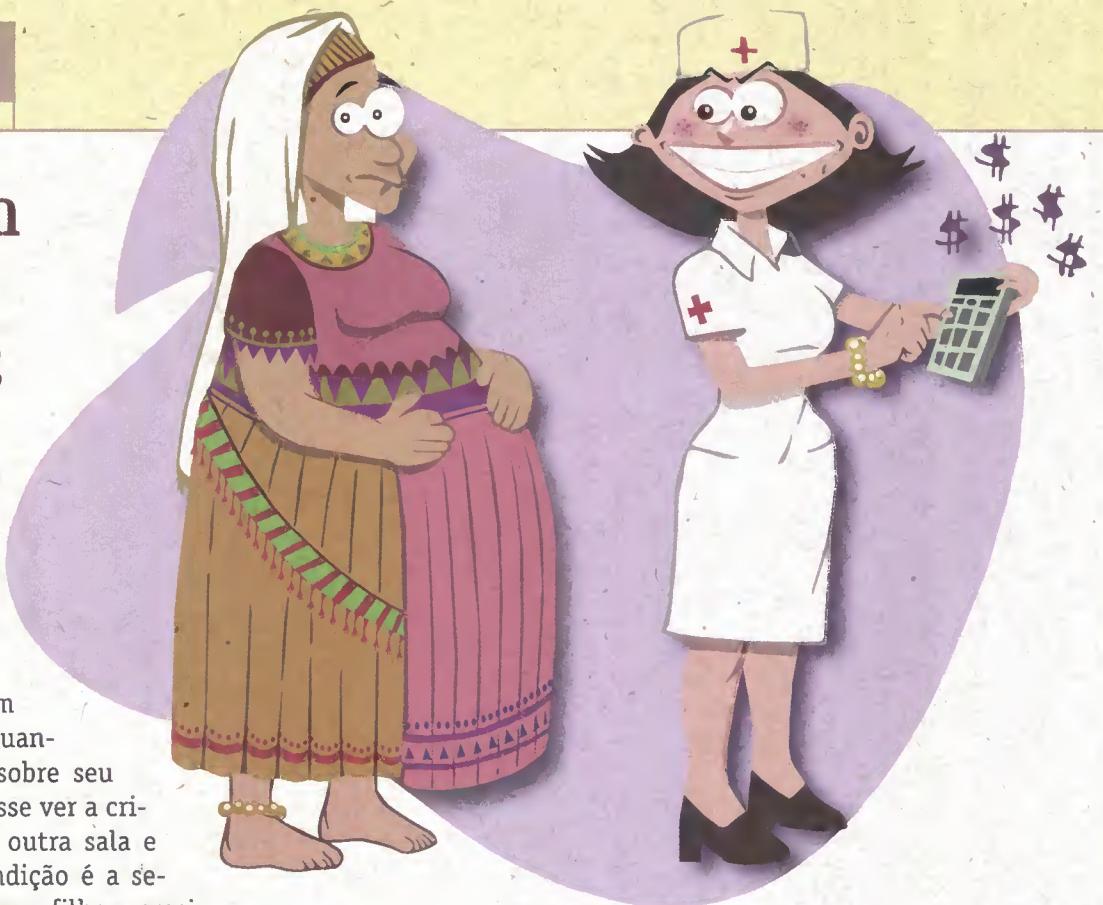
O ar livre do final de uma manhã de inverno faria muito melhor a um jovem, caminhando entre o céu, a terra e o mar, do que os ritos gastos e os discursos ocos de corporações interesseiras. Esta inocência e vontade de aproveitar a primavera da vida seriam possíveis se, instantes depois, não viesses colher a sua vida que tinha tudo para ser a esperança de uma nação. Os donos dos discursos e dos ritos estão prontos para disparar as balas assassinas, físicas ou virtuais, da máquina burocrática.

Afinal a Otávio Corrêa não passa de uma rua de uma única quadra, sem atração turística e perdida numa malha urbana com tantas avenidas, tantos *shoppings centers* e lojas muito mais interessantes.



Indianas pagam para ver filhos recém-nascidos

Não bastasse a dor intensa de um parto, as mulheres indianas são obrigadas a pagar propina para verem seus filhos recém-nascidos pela primeira vez. A prática é comum em Bangalore, na Índia. Segundo matéria publicada na Folha de São Paulo, a india Nesam Velankanni foi vítima da extorsão, quando aguardava para colocar o bebê sobre seu peito. Ela conta que, antes que pudesse ver a criança, uma enfermeira a levou para outra sala e uma auxiliar exigiu dinheiro. A condição é a seguinte: se as famílias quiserem ver seus filhos, precisam pagar um preço que varia de acordo com o sexo da criança. O valor é 12 dólares para meninos e 7 dólares para meninas, um preço alto, ainda mais para moradores de favelas que sobrevivem com 1 dólar por dia em Bangalore. Como Nesam não tinha dinheiro, sua sogra acabou pagando com os brincos de ouro que recebeu como presente de casamento, depois que a auxiliar de enfermagem pressionou para que pagassem logo, pois o médico de plantão sairia em seguida e queria a parte dele.



Extremistas em universidades britânicas

Grupos extremistas de direita ou fundamentalistas atuam nas universidades britânicas, incluindo as de alto prestígio como Oxford e Cambridge, segundo um relatório publicado em setembro pelo jornal "The Guardian", antes da divulgação oficial do documento. O estudo, realizado pelo diretor do centro de segurança e inteligência da Universidade de Brunel, Anthony Glees, aponta mais de 30 instituições universitárias onde foi detectada a presença destes grupos.

De acordo com o "The Guardian", o professor identificou o neonazista Partido Nacional Britânico (BNP), os fundamentalistas islâmicos Hizib ut Tahrir e al Muhajiroun e fanáticos defensores dos animais em universidades de todo o Reino Unido, incluindo a de Birmingham (centro da Inglaterra); a de

Brunel e a de Manchester (ao norte).

O autor do estudo declarou ao jornal que se trata de "uma ameaça muito séria". "Descobrimos um alto número de universidades nas quais acontecem atividades subversivas, freqüentemente sem o conhecimento dos reitores", acrescentou. Já um porta-voz da Federação de Sociedades Islâmicas Estudantis, Wakkas Khan, garantiu que, embora possa haver nas universidades seguidores do Hizib ut Tahrir ou do al Muhajiroun, "eles não estão organizados e não são uma ameaça". A divulgação antecipada do relatório coincide com um pedido feito pela ministra de Educação, Ruth Kelly, para que os reitores informem à polícia se detectarem atividades suspeitas nos campi.

Jogo japonês ganha publicação no Brasil

Um jogo japonês, o "Sudoku" (sudóku), que está fazendo muito sucesso nos jornais ingleses e em várias publicações europeias, ganha espaço exclusivo em revista especializada no Brasil, publicada pela Ediouro. A Revista "Coquetel Sudoku Numerox", que já está nas bancas, tem 36 páginas e 100 jogos, divididos entre os níveis fácil, médio 1 e 2 e difícil; além de quatro quebra-cabeças considerados "diabólicos" ao final, para os experts.

"Sudoku" significa, em japonês, "número único". O jogo consiste em preencher uma grade de 81 espaços com números de 1 a 9, mas sem repetir os algarismos nos quadrantes, nas linhas e nas colunas. Para resolver o enigma, basta uma caneta e muito espírito de desafio, sem precisar fazer contas e ter conhecimentos matemáticos.

O "Sudoku" ajuda a desenvolver o pensamento crítico e analítico, além de incrementar habilidades em diversas áreas e já está sendo recomendado por professores europeus como um exercício de argumentação lógica, que ajuda a desenvolver o raciocínio. A revista "Coquetel Sudoku Numerox", com 36 páginas, vai custar R\$ 2,90.

1989

Dentro do movimento SOS Universidade, comunidade acadêmica fez passeata na avenida João Pessoa pela manutenção da universidade pública.

a história de quem faz

Foto Rosane Talayer de Lima
[Arquivo Adufrgs]



Poema para uma Foto

Oliveira Silveira

O açúcar,
o algodão dos cabelos
Montanha
com túneis de mina.

O eito, as vergas
e leivas da testa.
O charque
do tempo no rosto.

Que céu nublado
se reflete
nas duas cacimbas
dessa terra seca?

E que profundezas
afloram
a esses dois
olhos-d'água?

Seção Sindical da ANDES-SN
ADufrgs
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS